



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO TRABALHADO EM  
UMA ESCOLA DE JANUÁRIA, NORTE DE MINAS GERAIS**

**SANDRA MÁRCIA SILVA CÉSAR**

**BELO HORIZONTE – MG, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO TRABALHADO EM  
UMA ESCOLA DE JANUÁRIA, NORTE DE MINAS GERAIS**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mariangela Rodrigues Lima Machado do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE – MG, 2015**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Sandra Márcia Silva César

## **CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO TRABALHADO EM UMA ESCOLA DE JANUÁRIA, NORTE DE MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em primeiro de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Livia Maria Fraga Vieira – Avaliador

---

Prof<sup>a</sup>. Mariangela Rodrigues Lima Machado – Orientadora

---

Sandra Márcia Silva César

## EPÍGRAFE

*“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”*

*Charles Chaplin*

## RESUMO

Para se alcançar uma educação de qualidade e obter êxito no desenvolvimento das diversas atividades promovidas no âmbito escolar é preciso que haja participação de todos os segmentos: comunidade escolar, pais, comunidade local. Além disso, é necessário estimular a criticidade e autonomia dos educandos tendo como base um currículo eficiente e eficaz. Existe a preocupação com a forma conteudista como o currículo é propagado, fazendo com que as crianças, com poucas exceções, não apreendam e nem contextualizem os conteúdos ensinados. Diante dessa preocupação surgiu o interesse pelo tema. Assim, pretende-se analisar o currículo trabalhado na E. E. Bias Fortes. Para tanto, objetiva-se verificar como os conteúdos estão sendo difundidos na instituição mencionada, bem como identificar e estabelecer as formas de apreensão de conteúdos para que estes adquiram significância permitindo que a criança absorva conhecimentos reflexivos. Neste contexto, o presente trabalho, realizado por meio de pesquisa bibliográfica, é o resultado de um breve estudo acerca do currículo desenvolvido na referida instituição, na perspectiva da prática pedagógica eficiente. Baseou-se no Projeto Político Pedagógico conferindo maior ênfase ao desenvolvimento curricular sob o prisma da gestão democrática. A presente análise contribuiu de maneira significativa para o entendimento da relevância de se realizar constantemente reflexões sobre o currículo disseminado na escola, bem como acerca da prática educativa para que esta sirva para (re) planejamento das ações pedagógicas cotidianas e para que sejam fomentadas formas bem sucedidas de troca de saberes.

**Palavras-chave:** currículo, gestão democrática, prática pedagógica, apreensão do conhecimento.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO TRABALHADO EM UMA ESCOLA DE JANUÁRIA, NORTE DE MINAS GERAIS.....	9
2.1 Definição de currículo.....	9
2.2 Considerações gerais sobre currículo.....	10
2.3 O Currículo trabalhado na E. E. Bias Fortes, O Projeto Político Pedagógico e a prática cotidiana.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	18
ANEXO.....	20

## 1. INTRODUÇÃO

O Grupo Escolar Bias Fortes, primeiro estabelecimento oficial de ensino de Januária/MG, foi criado pelo Decreto nº 5976 de 21/02/1922 pelo então Governador do Estado, o Dr. Arthur da Silva Bernardes. Localizava-se na Praça Melo Viana, atualmente Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 120, Centro, onde funciona até os dias de hoje com o nome de Escola Estadual Bias Fortes, código 062375.

A instituição atende a 647 (seiscentos e quarenta e sete) alunos, na faixa etária compreendida entre 6 e 10 anos, distribuídos em Ciclos da Alfabetização: 1º, 2º e 3º anos e Ciclo Complementar: 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, com regentes de turmas unidocentes. É importante dizer, no que se refere à clientela atendida, que é diversa, advinda das classes média e baixa e que é composta por filhos de funcionários públicos, comerciantes, professores e profissionais de diversas áreas tais como: médicos, juízes de direito, advogados, psicólogos, donas de casa, faxineiras, garis, dentre outros.

Com referência à estrutura física, a escola funciona em prédio próprio que, apesar de possuir uma rede física bem estruturada e de ter sido reformado e ampliado no ano de 2006, necessita atualmente de várias reformas. Ressalta-se que possui sala para direção, sala de supervisão, 01 secretaria que funciona em sala de aula adaptada e 01 banheiro para uso dos funcionários. A cozinha e a despensa foram ampliadas e equipadas de maneira simples e funcional. Possui também 13 salas de aulas, 01 banheiro masculino composto por 03 boxes e 01 banheiro feminino com 05 boxes para uso dos alunos; e ainda, 02 banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais. Há 01 sala para multimeios – TV, vídeo, DVD – além de um pequeno laboratório de informática e 01 biblioteca que permite desenvolver trabalhos que exigem espaço e comodidade. A escola conta com 01 quadra descoberta em péssima condição de uso (atualmente passa por reforma para torná-la uma quadra poliesportiva coberta). O pátio, que é espaçoso, porém com poucas árvores, é utilizado para desenvolvimento de atividades educativas, como as aulas de Educação Física.

No que se refere aos recursos humanos, possui servidores preparados e capacitados, com formação superior e buscando sempre aprimorar seus conhecimentos através de graduações, especializações e/ou capacitações em

serviço. Vale destacar que o segredo de êxitos constantemente comprovados pela escola é de jamais lhe faltar servidores/profissionais competentes, imbuídos de grande responsabilidade, honrados por trabalhar nesta escola já conceituada como “berço da educação Januareense”.

No que concerne ao processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, ocorreu com a participação dos funcionários, pais e comunidade local. Ressalta-se que durante esse processo foram feitas reflexões acerca do ensino a ser oferecido enfatizando o que ensinar, por que e como ensinar. Buscou-se a identificação e a descrição da comunidade escolar: quem são e como são os atores envolvidos no processo educativo. A escola se preocupa com as ações desenvolvidas nas intervenções pedagógicas com o intuito de promover aprendizagem aos alunos de forma a atender as necessidades individuais e, por conseguinte, a construção de uma educação que atenda às necessidades plurais do alunado. Além disso, é imprescindível se discutir e explicitar a escola que se tem e a escola que se quer ter. Assim, observa-se que o PPP é o ponto crucial para a transformação da realidade ora vivida.

Acredita-se que para a obtenção de uma educação de qualidade e para que as atividades múltiplas desenvolvidas no âmbito escolar sejam exitosas, é necessário além da participação de todos os segmentos, o desenvolvimento da criticidade e autonomia dos educandos tendo como base um currículo eficiente e eficaz.

É constante a preocupação da escola com a forma conteudista como o currículo é difundido fazendo com que as crianças, com poucas exceções, não apreendam e nem contextualizem os conteúdos ensinados. Observa-se, assim, que o currículo disseminado na instituição serve somente para dentro de seus muros, fazendo pouco ou nenhum sentido no contexto social do indivíduo impedindo ou dificultando a sua formação como sujeito da história. Essa preocupação justifica a escolha e o interesse pelo tema.

Diante disso, pretende-se analisar o currículo trabalhado na E. E. Bias Fortes. Para tanto, objetiva-se verificar como os conteúdos estão sendo disseminados na instituição, bem como identificar e estabelecer as formas de apreensão de conteúdos para que estes adquiram significância permitindo que a criança absorva conhecimentos reflexivos.

Para a elaboração desta análise foi realizada pesquisa bibliográfica e para embasar as discussões apresentadas, foram utilizados autores como Moreira (2008), Santos e Paraíso (1996), Oliveira (2010), além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Conteúdo Básico Comum (CBC), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), e outros.

A presente análise se divide em três partes, sendo que a primeira é esta introdução. Em seguida, foram feitas considerações acerca do currículo trabalhado na E. E. Bias Fortes, bem como acerca do PPP e da prática cotidiana dessa escola. Na terceira e última parte, foram apresentadas as considerações finais sobre as análises realizadas.

## 2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO TRABALHADO EM UMA ESCOLA DE JANUÁRIA, NORTE DE MINAS GERAIS

Para apresentar as considerações acerca do currículo trabalhado na E. E. Bias Fortes convém evidenciar algumas definições de currículo, uma vez que na faixa etária concernente aos anos iniciais do Ensino Fundamental – de 6 a 10 anos – ocorre a alfabetização e esta não deve ser somente uma forma de decodificar letras e sinais gráficos ou seguir uma lista de matérias e conteúdos, mas sim entendida como significativa e aplicável no convívio dentro e fora do espaço escolar. A seguir, serão apresentadas algumas definições de currículo.

### 2. 1- Definição de currículo

Etimologicamente o termo currículo deriva da expressão latina *curriculum*, cujo significado seria “pista, circuito atlético” e ainda “ordem como sequência ou estrutura” (SANTOS e PARAISO, 1996, s.p).

Ainda de acordo com Santos e Paraíso (1996) quando inserido no campo pedagógico o termo ganha várias significações. Primeiro como um arranjo sistemático de matérias, ou elenco de disciplinas e de conteúdos. Posteriormente, foi entendido como o conjunto de estratégias para preparar o jovem para a vida adulta. Inicialmente, no Brasil, o currículo era entendido como as experiências vivenciadas pelos estudantes sob a coordenação da escola. A sua introdução ocorreu nos cursos de Pedagogia nos anos 1960 com a denominação de *Currículos e Programas*, tornando-se, então, campo de ensino e pesquisa nas faculdades e universidades brasileiras. Daí, atingindo um número significativo de educadores, a visão sobre currículo foi influenciada pelo pensamento americano com uma tradição bem tecnicista passando a ser entendido “como a especificação dos objetivos da educação considerados desejáveis e a definição dos conteúdos para serem transmitidos na escola para se atingirem tais objetivos”. (SANTOS e PARAÍSO, 1996, s.p).

Note-se, mais, que diversos sentidos são dados ao termo currículo por Moreira (2008):

(a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (MOREIRA, 2008, p. 18)

O currículo oculto, já bastante utilizado nas instituições de ensino, significa:

(...) o conjunto de normas e valores implícitos nas atividades escolares, porém não mencionados pelos professores ou não intencionalmente buscados por eles. São, portanto, aprendizagens ou efeitos de aprendizagens não intencionais que se dão como resultado de certos elementos presentes no ambiente escolar. É constituído tanto de práticas como de mensagens não explicitadas (SANTOS e PARAÍSO, 1996, s.p).

Percebe-se que a atenção está voltada para a apreensão do conhecimento e da significância curricular nesses conceitos. Se isto ocorre, então porque o currículo ainda é tratado e desenvolvido, em algumas escolas, como uma mera relação de conteúdos e ou matérias que são ministrados com o mínimo ou nenhuma inter-relação contextual tão necessária à práxis cotidiana e contemporânea?

Na próxima seção, serão apresentados breves apontamentos sobre currículo.

## **2.2- Considerações gerais sobre currículo**

Pode-se atribuir, de uma maneira geral, a forma engessada de disseminação do currículo nas escolas, à estruturação do nosso ensino demonstrar raízes “Prussianas”<sup>1</sup> com origem nos padrões militares de educação na Prússia, no século 18, que naquele sistema treinavam as crianças para guerra.

Ainda sob a influência das raízes “Prussianas” e diante do contexto atual, destacam-se as novas demandas acerca das responsabilidades da escola, que são preocupantes. Ao invés do fortalecimento das bases curriculares efetivamente compatíveis com a cultura organizacional da escola, observando-se realmente o que caracteriza seu processo educativo para daí perceber suas potencialidades e limitações, existe uma pressão para que a escola assuma papéis cada vez mais

---

<sup>1</sup>As bases do nosso ensino Prussiano são originadas do padrão militar de educação da Prússia, no século 18, que doutrina crianças e jovens a viver no sistema vigente, treinadas a “guerrear”. (A Educação Proibida, 2012)

distantes da função educativa propriamente dita. O foco está no atendimento ao mercado de trabalho com formação de indivíduos compatíveis com a vida profissional. As pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso estão trazendo implicações substantivas para a construção do PPP, uma vez que este nem sempre passa a representar o corpo e a alma da escola, ou seja, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa, conforme preconiza Oliveira (2010).

De acordo com Moreira (2008), o conhecimento escolar vem sendo tratado como um dos elementos principais do currículo e a sua inter-relação com os conhecimentos socialmente produzidos é indispensável, bem como um ensino ativo e efetivo, com um/uma professor (a) comprometido (a), que conheça bem, escolha, organize e trabalhe os conhecimentos a serem aprendidos pelos (as) alunos (as).

Para o desenvolvimento efetivo de determinado assunto a ser ensinado, é necessário que o objeto faça sentido tanto para quem ensina quanto para quem aprende, caso contrário será uma mera repetição de palavras e amontoados de frases que não surtirão o efeito desejado.

Assim, questiona-se: diante de tantos estudos, indagações, propostas de melhoria da educação através da mudança da concepção de currículo, porque ainda existem crianças que não são letradas dentro do período de escolarização do Ensino Fundamental? Entende-se por letrado o aluno que adquira, além do conhecimento das palavras, o conhecimento e a sua significação dentro do texto e do contexto no qual ele está inserido. Nesta concepção e para responder a essa questão, poder-se-ia voltar toda a atenção para como está sendo disseminado o currículo nas instituições. O currículo é às vezes seccionado e a interdisciplinaridade não perpassa todos os conteúdos e ainda, os educandos não possuem “gavetas” que são abertas e/ou fechadas conforme recebe comandos do professor.

Portanto, devem-se mudar as posturas sistêmicas com focos diretos e assertivos, para que se possa redimensionar a educação sem superficialidades e desfazendo os espaços de desinteresses, que produzem conhecimentos fragmentados tornando – tanto educadores como educandos – fazedores da educação dentro de seu espaço, respeitando os conhecimentos adquiridos previamente à entrada na escola, sua cultura, costumes, tradições, bem como a valorização do ser humano.

### **2.3 O Currículo trabalhado na E. E. Bias Fortes, o Projeto Político Pedagógico e a prática cotidiana**

O Currículo ou Plano Curricular é trabalhado na E. E. Bias Fortes, conforme especificado na Base Nacional Comum – Lei 9394/96, e é construído de forma participativa e colegiada através de planejamentos anuais por ano de escolaridade e utilizado concomitantemente com os planejamentos diários. Esses planejamentos diários são construídos junto com a Coordenação Pedagógica enquanto que o anual é construído por grupos de educadores por ano de escolaridade (1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos).

Tido como um conjunto de dados relativos à aprendizagem escolar, organizados para orientar as atividades educativas, as formas de executá-las e suas finalidades, conforme especificado no Dicionário Interativo da Educação Brasileira, o currículo é visto sob esse foco de forma superficial por muitos educadores. Dessa forma, apresenta-se um questionamento: se um discente viu todos os conteúdos constantes da relação curricular, houve assim um processo de ensino-aprendizagem? Para responder tal questionamento, observa-se, no contexto da escola analisada, que é visível a forma autômata com que boa parte das crianças se expressa quando se trata de assuntos desenvolvidos dentro da instituição escolar como se pouco ou nenhum significado fizesse para seu contexto sociocultural. São conteúdos sistematizados somente para a prática cotidiana escolar.

Todavia, não é necessário excluir os conteúdos ou mudar de nome, principalmente para se respeitar a isonomia, o que se propõe é trabalhá-los de forma a valorizar a liberdade de ação dos educadores em consonância com as necessidades de seu público-alvo. Por conseguinte, a valorização do saber intrínseco de cada educando se faz necessária uma vez que todo ser humano traz dentro de si saberes que devem ser desenvolvidos de forma dialógica em concordância com os conteúdos - desde que estes não sejam tratados de forma estática, engessada, mas sim de forma flexível respeitando os conhecimentos, falares, costumes, tradições, bem como a valorização do ser humano e a faculdade de sua inserção em diversos contextos sociais e culturais. Para isso, a E. E. Bias Fortes mantém constante diálogo com as famílias dos seus educandos com o intuito

de conhecer as necessidades individuais de cada aluno para obtenção de dados que possam auxiliar na construção do conhecimento significativo.

Ao observar o PPP da instituição, nota-se que o item Currículo é bem sistematizado. Apesar de haver preocupação em oferecer uma educação na qual a criança exerça sua autonomia como ser pensante e modificador do seu eu e do seu ambiente sociocultural, ainda está muito voltado à mera citação de matérias, conteúdos e objetivos.

Apesar da forma conteudista com a qual se trabalha na referida instituição, a mesma procura, ainda que de forma tímida, abordar temas concernentes ao currículo oculto em aulas específicas, como as de Ensino Religioso com as “Aulas do Coração” e “Jornalismo, Leitura de Mundo”, que tratam de valores, normas de convivência; conhecimento do espaço em que vivem e a expansão do conhecimento para demais espaços físicos e culturais, tais como: o que ocorre no município, estado, país, mundo; e nos demais conteúdos de forma interdisciplinar. Pode-se ainda, trabalhar de forma interdisciplinar conceitos, temas, ações abordadas no Currículo, mas de forma crítica e participativa, promovendo o interesse para o levantamento de possibilidades pelo educando que determinada atividade curricular pode oferecer.

Para que ocorram mudanças significativas no comportamento dos educadores no concernente a postura em sala de aula, e para fornecer as formas de apreensão de conteúdos de maneira que estes adquiram significância possibilitando a criança absorver conhecimentos reflexivos, a E. E. Bias Fortes, sob a ótica da gestão democrática, realiza capacitações em serviço durante as aulas de Módulo II – horas de complementação da carga horária do professor para atingir 24 h semanais e cuja execução encontra respaldo no Art. 12 da Resolução nº 2741/15 – através de planejamento conjunto, ações pedagógicas coletivas e trocas de experiências da equipe pedagógica em atenção às dificuldades apresentadas pelos educadores e educandos e para compartilhamento de ações que auxiliem na prática educativa.

Para enriquecimento do currículo são executadas ações que promovem o estreitamento das relações escolares conforme especificado no PPP da Escola, citam-se como exemplos: passeios realizados com os alunos (participação livre), momentos festivos e informativos com as famílias, além “reuniões periódicas com toda a comunidade escolar e por segmentos desta, para: estudo, planejamento,

participação em dinâmicas quebra-gelo, informações administrativas e pedagógicas”. (PPP da E. E. Bias Fortes, 2014, p. 35).

Destaca-se mais uma alternativa encontrada pela já mencionada instituição escolar: os encontros realizados com as Especialistas da Educação Básica (supervisoras Escolares) – em observância aos componentes curriculares do Ensino Fundamental, elencados na LDB (Lei 9394/96) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) organizados em relação às áreas de conhecimento/disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, História; Geografia, Ciências, Educação Física, Arte, Ensino Religioso e Parte diversificada: Jornal / Leitura de mundo – nos quais é dada uma ênfase maior na forma de transmissão de aprendizagem significativa com abordagem prática, clara e objetiva concomitantemente com a forma especificada nos PCN’s. Vale ressaltar que cabe à instituição escolar abarcar a participação de todos os segmentos, através da gestão compartilhada, de forma democrática e, portanto participativa, em detrimento da individual que ocorre dentro das paredes de uma sala de aula. Porém, se torna necessário a intensificação das ações em busca de resultados mais produtivos e válidos.

Mesmo diante de um acompanhamento sistemático da coordenação pedagógica, das várias capacitações em serviço, ainda se tem a dificuldade de abortar as práticas tradicionalistas que evidenciam a transmissão do conhecimento de forma unilateral e engessada.

Embora a E. E. Bias Fortes adote os PCN’s, CBC, literaturas que tratam da Educação para além dos muros da escola, e de executar atividades lúdicas, ainda há a necessidade de ampliar esse trabalho através da busca por novas estratégias que viabilizem o alcance dos objetivos propostos.

Importante destacar como uma nova estratégia adotada a ênfase maior ao uso prático das Tecnologias da Informação mantendo um diálogo com o currículo de forma a despertar maior interesse nas crianças - que diuturnamente fazem uso dessas tecnologias - e como consequência contribuir para um ensino que dialogue com o aluno ser social. Caso o currículo não seja contemplado por essa forma atual e prazerosa de ensino-aprendizagem, o gestor deve prover condições para o seu desenvolvimento, pois conforme afirma Cury (1996, p. 488):

O solo do ato pedagógico, enquanto espaço da relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar. A sala de aula, espaço privilegiado do ambiente institucional da escola e do fazer

docente, é o lugar apropriado do direito de aprender do discente, e daí se projeta para um mundo que vai rompendo fronteiras e revelando, ainda que por contradições, o caráter universal do homem. A sala de aula, lugar privilegiado do ensino presencial, mais do que quatro paredes, vai se tornando também espaço do ensino virtual pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula. É claro que o ensino presencial não só continuará a ser reconhecido como lugar institucional da escola como as funções maiores da instituição escolar serão reforçadas com a grandeza das novas fontes de informação.

É necessária a elaboração de um currículo eficiente para que a escola desenvolva um ensino-aprendizagem que produza efeitos positivos tanto no âmbito escolar como nos diversos contextos sociais em que o aluno possa estar inserido ou que venha a participar. Essa construção não pode ser dissociada do Currículo formal instituído e para que se garanta a isonomia, deve ser pensado de forma dialógica entre educandos, educadores e comunidade escolar.

É válido dizer que não existe receita pronta de como ensinar. Este é um processo coletivo que deve ser construído diariamente sem, contudo, correr o risco de transformar a sala de aula num amontoado de fragmentos sem significância no todo. A equipe pedagógica se esforça para fazer o corpo docente entender que o conhecimento é um processo de construção coletiva. Ressalta-se que, o professor é o maestro, porém, não detentor de todo conhecimento nem de todos os instrumentos que cada aluno “toca”. Intervenções criativas, como por exemplo, as aulas mencionadas anteriormente de ensino Religioso e “Jornalismo, Leitura de Mundo”, devem ser instituídas no processo da construção do conhecimento.

Por fim, é relevante reconhecer que a escola sozinha não transforma a sociedade. Mas um ensino construído criticamente é um poderoso instrumento que permite formar sujeitos capazes de criar, intervir e transformar a história e o espaço em que vivem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e reflexões apresentadas, com base nos autores utilizados, comprovam a importância da elaboração de um currículo que leva em consideração a experiência do educador em conformidade com a carga de conhecimento que cada educando traz consigo. Ressalta-se a necessidade de se respeitar e valorizar o que é preciso saber para atender ao direito isonômico como também o fazer pedagógico cotidiano com significância. Desta forma, não há como dissociar o ensino-aprendizagem do fazer pedagógico com ênfase na produção de um elo entre o educando e o sentimento de pertença.

Comprova-se também a importância da reelaboração do Projeto Político Pedagógico, pois é um documento construído de forma democrática com a participação de toda a comunidade escolar que deve contemplar ações efetivas com vistas à construção de um currículo que sirva para além dos muros da escola.

Esta análise possibilitou a identificação e o estabelecimento de ações que viabilizam novas formas de apreensão de conteúdos. Assim, transformações positivas podem ser percebidas na maneira de se trabalhar o currículo, rompendo, aos poucos com a forma estática característica da concepção tradicionalista de currículo.

Destaca-se que a presente análise contribuiu de maneira fundamental para o entendimento da relevância de se realizar constantemente reflexões sobre o currículo disseminado na instituição, bem como acerca da prática educativa para que esta sirva para (re) planejamento das ações pedagógicas cotidianas e para que sejam fomentadas formas bem sucedidas de troca de saberes com apoio da gestão e dos professores que deverão estar predispostos para a produção e desenvolvimento de suas habilidades e competências.

As reflexões aqui contidas são muito relevantes para a E. E. Bias Fortes, uma vez que as mesmas servirão de base para mudanças significativas na forma de se trabalhar o currículo. Mesmo não sendo uma tarefa fácil, a de promover a transformação da forma de disseminação do currículo na instituição, com inserção de novas estratégias de apreensão dos conteúdos, ressalta-se que referido educandário e sua equipe, através de uma gestão democrática e participativa, continuarão firmes na busca por uma educação que procura alcançar a excelência e

que deve estar voltada para a necessidade da construção de um currículo que faça sentido no contexto social – e para além dele – em que o aluno está inserido permitindo a absorção de conhecimentos reflexivos que auxiliem na sua formação como sujeito da história.

É preciso diminuir as diferenças educacionais encontradas no âmbito escolar vislumbrando uma escola mais ativa, mais participativa e, por conseguinte, mais democrática. Torna-se, pois, necessária a continuidade deste estudo, uma vez que estimula a busca por ações que possam promover o engrandecimento da educação com foco no desenvolvimento humano do cidadão como ser social que quebra paradigmas e transforma a realidade na qual está inserido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ensino de primeira à quarta série. I. Título. CDU: 371.214

BRASIL. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** – EducaBrasil - 2002. Disponível em <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=72> Acesso em 26/05/2015.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 01/09/2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAAE – v. 23, n. 3, p. 483 – 495, set/dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19144/11145>. Acesso em 18/02/2015.

FREIRE, P. **Carta aos professores**. In: \_\_ Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Olho D'Água.1993.10ª ed. p. 27-38.

JANUÁRIA. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Bias Fortes. Januária/MG, 2014.

LA EDUCACIÓN prohibida. Direção: Germán Doin. Argentina, 2012. 1 DVD (145 min), son., color. Direção: German Doin e Verónica Guzzo; Qualidade: DVDRip; Áudio: Espanhol; Legenda: Português; Tamanho: 1.13 GB; Duração: 02:25:18; Formato: AVI; Servidor: 1Fichier

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 2741 de 20 de janeiro de 2015**. Estabelece Normas para a Organização de Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2741-15-r.pdf>. Acesso em 18/02/2015.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Básico Comum do Ensino Fundamental – CBC Anos Iniciais**, Belo Horizonte, 2014

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Rio de Janeiro, 2003. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago, nº 23. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11>. Acesso em 18/02/2015.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília, 2008, 48 p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em 18/02/15.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político pedagógico**. 2010. Disponível em [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2\\_joao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf). Acesso em 27/05/2015.

SANTOS, Lucíola; PARAISO, Marlucy Alves. **Dicionário crítico da educação: currículo**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, 1996.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/medo\\_ousadia.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/medo_ousadia.pdf). Acesso em 02/04/2015.

**ANEXO**



**escola de gestores**  
da educação básica

**UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL BIAS**  
**FORTES: AÇÃO COLETIVA NO COTIDIANO ESCOLAR**

**FABIANA RODRIGUES FELIX**  
**SANDRA MÁRCIA SILVA CÉSAR**  
**WALDECY LOURDES DE MOURA ALVES**

**BELO HORIZONTE, 2014**

**UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL BIAS  
FORTES: AÇÃO COLETIVA NO COTIDIANO ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob a orientação da Professora Mariangela Rodrigues Lima Machado do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
2. FINALIDADES DA ESCOLA.....	6
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	6
3.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	7
3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	8
4. CURRÍCULO.....	11
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	26
6. PROCESSOS DE DECISÃO.....	30
7.RELAÇÕES DE TRABALHO.....	36
8.AVALIAÇÃO.....	42
9.CONSIDERAÇÕESFINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

## 1- INTRODUÇÃO

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Bias Fortes, árdua e constante, tem seu registro fundamentado nas opiniões, respostas, solicitações, ideias e valores expressos por toda a comunidade escolar.

A necessidade do documento já era comprovada pela equipe pedagógica há algum tempo, então, a Direção Escolar, deliberou que a Supervisão Pedagógica desta instituição coordenasse todo o processo que, por sua vez, formou uma equipe e dividiu tarefas.

Os pais de alunos e funcionários receberam entrevistas e foram ouvidos informalmente sobre aspectos a serem abordados na proposta pedagógica para a melhoria do fazer educativo na escola.

O Regimento Escolar, a Proposta Pedagógica existente, cadernetas, fichas de alunos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Referencial Curricular do 1º ao 5º ano da Escola Estadual Bias Fortes, Parâmetros Curriculares Nacionais do 1º e 2º Ciclo do Ensino Fundamental/MEC, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/MEC, Cadernos de Orientação para o Ciclo de Alfabetização e resoluções, instruções da SEE foram consultados e/ou estudados.

Com base em tudo que foi ouvido, analisado e criticado construiu-se um parâmetro para o trabalho na área pedagógica da escola que está intimamente ligada ao administrativo para “bem funcionar”.

A descrição desse parâmetro de trabalho foi ajustada aos tópicos apresentados na “instrução para elaboração do Projeto Político - Pedagógico da Escola” exposto pela Divisão de Equipe Pedagógica da Superintendência Regional de Ensino de Januária (SRE) de Januária – MG; sendo que a principal literatura que permeia indiretamente neste documento baseia-se em referências bibliográficas, expostas no final deste trabalho.

Os ideais de redemocratização das instituições sociais e educacionais do nosso país na década de 1980 têm como marcos a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em 1996. Essas duas legislações são baseadas na perspectiva democrática, ampliando o papel da

escola diante da sociedade, colocando-a como centro de atenção das políticas públicas educacionais mais gerais e fortalecendo sua autonomia, como afirma o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED (2001).

A grande inovação é a possibilidade das instituições escolares organizarem os seus trabalhos de forma coletiva e, a Escola Estadual Bias Fortes, apropriando-se de seus direitos vem neste trabalho registrar a elaboração do seu Projeto Político-Pedagógico.

O termo “projeto” vem do latim *projectu*, participio passado, do verbo *projicere*, que significa lançar para adiante. (FERREIRA, 1975, p. 1144)

Assim, pode ser entendido como desígnio, intento, empreendimento. E explicita a intencionalidade da escola, indicando seu rumo, sua direção e traçando sua identidade.

Para o CONSED (2001, p.31) o projeto “é concebido como um instrumento teórico-metodológico com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer, para realizar da melhor maneira possível, sua função educativa”.

Veiga (1995, p. 9) explica os três termos: projeto, político e pedagógico:

Projeto significa uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. É político, pois tem o compromisso com a formação do cidadão para uma dada sociedade. Por fim, diz ser pedagógico no sentido de definir as ações educativas partindo da realidade da escola com o objetivo de cumprir seus propósitos e sua intencionalidade.

Para Machado (2002) o Projeto Político Pedagógico pressupõe o compromisso com a construção coletiva, ampla participação de todos os segmentos da comunidade escolar, exigindo competência, vontade política de todos, tempo coletivo para reflexões, estudos e decisões.

A Escola construiu esta proposta de acordo com LDB (Lei nº 9.394/96) destacando três grandes eixos. O primeiro é o da flexibilidade, a escola teve a possibilidade de organizar seu próprio trabalho. Vivenciou-se a autonomia pedagógica expressa no Art. 14 da Lei. O segundo princípio está no Artigo 9º, inciso VI, ao reforçar o eixo da avaliação nos vários níveis de ensino. Com o terceiro eixo, o da liberdade explicitado no Artigo 3º ao expressar o pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e gestão democrática a ser definida em cada sistema de ensino, respeitando as normas comuns.

A LDB também delega nos Artigos 12, 13 e 14 aos sujeitos a elaboração do Projeto Político Pedagógico, sendo incumbência dos estabelecimentos de ensino com a participação dos profissionais da educação envolvendo a comunidade escolar e local.

O Projeto Político-Pedagógico da E. E. Bias Fortes está fundamentado nos princípios norteadores da escola democrática, pública e gratuita que são: igualdade de acesso e da permanência do aluno na escola com sucesso; um ensino de qualidade em todas as escolas; gestão democrática; liberdade e autonomia; valorização dos profissionais da educação e; estabelecimento de relações significativas entre escola e comunidade local. Veiga (1996) descreve os princípios norteadores do Projeto que aqui foram apropriados alguns trechos:

- a) igualdade de condição e acesso e permanência na escola. Igualdade de oportunidade...
- b) qualidade que não pode ser privilégio só de minorias econômicas e sociais... qualidade para todos.
- c) gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira (...) trata-se da participação crítica na construção do Projeto Político-Pedagógico e na sua gestão.
- d) o princípio da liberdade está associado à idéia de autonomia (...) liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente.
- e) valorização do magistério é o princípio central (...) a qualidade do ensino e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente com a formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação à escola, redução do número de alunos na sala de aula, etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério. (VEIGA: 2002, p.16- 20).

Os princípios são interdependentes. A escola pretende se aproximar mais dos pais, pois quando isso acontece, os laços se estreitam, todos os segmentos participam das decisões, tornando a gestão democrática possível. Todos ficam conhecendo o funcionamento da escola, seus pontos fracos e fortes decidem e se responsabilizam pelos seus rumos.

O princípio do acesso e da permanência bem sucedida do aluno na escola é almejado pelo presente Projeto, uma vez que se observa que há um número considerável de brasileiros nas escolas, mas sem uma educação de qualidade ou insatisfeitos com os resultados escolares.

Sabe-se que no processo de construção de seus sonhos e ações, a escola desenvolve seu poder de governo. Ao pensar de acordo com suas possibilidades e na busca de soluções, considerando as leis existentes, a escola vivencia o princípio da autonomia.

O projeto da Escola compartilha da concepção de que o profissional da educação deve ser capaz de atender as exigências educacionais modernas, boas condições de trabalho e uma boa formação.

O projeto da E.E. Bias Fortes não se justifica em atender exigências legais, mas sim pela necessidade de organizar seu funcionamento de forma que as ações concretas atendam aos objetivos propostos.

Acredita-se que para a concretização desse projeto é urgente inovar a ação coletiva no cotidiano escolar. A legislação assegura a construção coletiva, no entanto, é importante que todos os envolvidos se tornem responsáveis, procurando sempre a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

## **2 - FINALIDADES DA ESCOLA**

Com os tempos modernos, a escola também precisa estar preparada para que o aluno possa utilizar as diversas ferramentas da tecnologia seja no mundo do trabalho seja nas relações sociais.

Espera-se oferecer aos alunos uma educação de qualidade, contendo além da educação tecnológica a humanista onde possam aprender a viver e a conviver, seja no mundo do trabalho seja nas relações pessoais. Desta forma acredita-se que haverá a formação de cidadãos críticos e participativos.

A Escola Estadual Bias Fortes, muito tem correspondido aos objetivos da área educacional, preocupando-se em alfabetizar com qualidade seu corpo discente, contribuindo para a formação de cidadãos competentes e participativos, atuantes na sociedade em diversas e/ou notórias profissões.

## **3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Diante da grande demanda de trabalho a escola, liderada pela equipe gestora tem procurado valorizar as estruturas pedagógicas, que é o objetivo e a

razão de ser e existir de toda instituição escolar, refere-se, portanto ao processo de ensino e aprendizagem.

No entanto para que o processo pedagógico possa ser cumprido é preciso atenção especial à estrutura administrativa, que se refere aos recursos financeiros, de pessoal, a burocracia necessária ao bom funcionamento da instituição escolar.

### **3.1 - Estrutura Organizacional Administrativa**

Pelo Decreto nº 5976 de 21/02/1922, o Governo do Estado de Minas Gerais, na época, Dr. Arthur da Silva Bernardes, criou o Grupo Escolar Bias Fortes, primeiro estabelecimento oficial de ensino de Januária. Localizava-se na Praça Melo Viana, atualmente, Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 120. A instalação no prédio atual foi em 1927. Atual tipologia é R.0.4.0.B.2 e código:062375.

Hoje, atende a 647 (seiscentos e quarenta e sete) alunos, distribuídos em Ciclo da Alfabetização: 1º, 2º e 3º anos e Ciclo Complementar: 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, com regentes de turmas unidocentes. Ressaltamos que cerca de 98% dos alunos da E. E. Bias Fortes foram encaminhados para matrícula via cadastramento escolar que a Secretaria Municipal de Educação coordena e utiliza como 1º critério, o endereço do aluno, ou seja, preferência à frequência da criança na escola mais próxima da sua casa.

O segredo de êxitos constantemente comprovados pela E.E. Bias Fortes foi de jamais lhe faltar servidores/profissionais competentes, imbuídos de grande responsabilidade, honrados por trabalhar nesta escola já conceituada como “berço da educação Januareense”.

A Escola possui uma rede física bem estruturada com prédio próprio e durante o ano de 2006 foi reformado e ampliado. Possui 13 salas de aulas bem planejadas, o serviço de supervisão conta com uma sala, os números de banheiros também aumentaram, sendo 02 para portadores de necessidades especiais e mais 01 banheiro para funcionários. A diretoria é pequena e funcional. A secretaria funciona em sala de aula adaptada. A cozinha e a despensa foram ampliadas e equipadas de maneira simples e funcional.

A escola possui 01 quadra descoberta em péssima condição de uso, necessitando de revestimento e pintura. A biblioteca foi ampliada e agora permite desenvolver trabalhos que exigem espaço e comodidade. O pátio é espaçoso, porém com poucas árvores e é utilizado como espaço para desenvolvimento de atividades educativas, como as aulas de Educação Física. Há uma sala para multimeios – TV, vídeo, DVD – e ainda um pequeno laboratório de informática.

Um grande espaço de recreação da escola foi cedido para a construção da 17ª SRE em 2010, ficando então, apenas com o pátio - pequeno espaço para recreação e quadra.

A escola possui alguns equipamentos como: 01 TV em cores; 01 vídeo-cassete; 02 aparelhos de DVD; 03 bebedouros; 14 computadores com acesso à internet; 01 computador de uso da direção com acesso à internet; 01 computador na sala de supervisão com acesso a internet; 04 impressoras multifuncionais, 02 refrigeradores, 06 rádios CDS, 02 antenas Parabólicas, 01 fogão industrial, 01 liquidificador industrial, 04 microfones sem fio, 01 ar condicionado, 40 ventiladores, 01 caixa de som acústica, 01 microsystem USB, 01 retroprojektor e o tele mapa, 02 notebook, 01 máquina de processamento de dados, com projetor de vídeo e lousa digital.

Os recursos financeiros serão provenientes de verbas repassadas pela Secretaria de Estado de Educação e recursos federais, através da Caixa Escolar.

No que se refere aos recursos humanos, possui servidores preparados e capacitados, com formação superior e buscando sempre aprimorar seus conhecimentos através de graduações, especializações e/ou capacitações em serviço.

O Quadro de Servidores é composto por 01 Diretor; 01 Vice-Diretor; 01 Secretária; 03 Especialistas da Educação; 26 Professores Regentes de Turmas; 02 Professores Eventuais; 02 Professores para o Ensino do Uso da Biblioteca; 05 Assistentes Técnicos da Educação Básica (Secretaria); 10 Auxiliares de Serviços da Educação Básica e 01 Assistente Técnico da Educação Básica – Área de Finanças.

### 3.2- Estrutura Organizacional Pedagógica

A E. E. Bias Fortes, assim como todas as escolas que fazem parte da Rede Estadual de Educação tem como base para a organização pedagógica o estabelecido na Resolução SEE / MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 que “Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais”.

Ao elaborar coletivamente este projeto pedagógico a escola tem como objetivos propiciar uma educação de qualidade e a preocupação com a formação integral do cidadão, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que demonstra quais são os objetivos para o Ensino Fundamental e também as orientações da UNESCO que estabelece os Quatro Pilares da Educação.

Conforme a legislação deve-se ter como objetivo no Ensino Fundamental, aqui identificado como objetivo geral desta proposta sendo, a formação básica do cidadão mediante:

- I - desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, da escrita e do cálculo;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.(LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 9394/96, ARTIGO 32).

O objetivo acima é o referencial para a prática, de acordo com a idade e nível de desenvolvimento dos alunos.

A Escola tem ainda como objetivo fazer com que o aluno aprenda a ser uma pessoa que se veja como um ser humano em suas múltiplas dimensões, com suas competências, desenvolvendo suas habilidades. Que tenha a auto-estima elevada, que seja autônomo, participativo e humano.

Faz-se necessário dizer que se devem favorecer os conhecimentos para a alfabetização e o letramento.

Como lembra Delors (2001, p. 91): “O aumento de saberes, permite compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o

despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite compreender o real”. É importante oferecer um ensino de qualidade para que os alunos continuem os estudos nos anos finais do ensino fundamental em segurança, prosseguindo a sua escolaridade.

Oferecer oportunidades para que o aluno aprenda a fazer é um objetivo que a escola pretende alcançar. Ensinar o aluno a colocar em prática os seus conhecimentos, adaptar a educação ao trabalho futuro com criatividade, coletividade, mesmo diante de uma situação de incerteza, conforme cita Delors(2001, p.93-96).

Isso será possível mediante a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, da crítica e do cálculo levando o aluno a pensar e resolver problemas da sua realidade, aplicar os conhecimentos adquiridos e ainda usufruir dos bens culturais, afetivos, sociais, materiais e econômicos existentes na sociedade.

Desenvolver a capacidade de aprender a conviver é um objetivo a ser alcançado por todos os envolvidos no processo-ensino aprendizagem. O ser humano deve ter a consciência de que vive em sociedade, que os direitos devem ser garantidos e especialmente os deveres que devem ser cumpridos. Para a concretização da democracia, as pessoas devem participar ativamente da sociedade em que vive desde cedo, crianças também são cidadãos. As regras de convivências são necessárias e esperamos trabalhar com uma educação afetiva e de paz.

Os alunos devem respeitar os valores e normas estabelecidas, não de uma maneira cega, mas com consciência do que é melhor para si e para o outro. Citamos novamente Delors(2001, p.97) que indica que a educação para atingir tais objetivos deve utilizar duas vias. A primeira é a descoberta progressiva do outro e a segunda é participar de projetos comuns.

Espera-se ainda desenvolver a aprendizagem de aprender a ser, que serve segundo Delors (2001, p.102) “para melhor desenvolver sua personalidade e estar a altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal”.

Ao estabelecer os objetivos traçados acima, a E. E. Bias Fortes acredita que há uma possibilidade estratégica para atingi-los através de ações compartilhadas.

Outrossim, torna-se necessário o empenho de todos: os pais devem estar dentro da escola, planejando e executando as tarefas; os professores são os artífices da obra democrática e autônoma, na elaboração do projeto e no cumprimento do plano de trabalho; os alunos são os sujeitos principais do projeto, participando com prazer, tendo responsabilidade, boa vontade para aprender, respeitar e ser respeitado na sua aprendizagem.

Destacam-se a seguir os objetivos e metas da escola:

- 1- Elevar para 602,00 a proficiência dos alunos do 3º ano de escolaridade;
- 2- Elevar para 91.66% os alunos do 3º ano no nível recomendável;
- 3- Elevar no mínimo 4.01% dos alunos do 3º ano, de baixo desempenho, para o desempenho intermediário e recomendável;
- 4- Reduzir para 2,33% os alunos de baixo desempenho;
- 5- 90% dos alunos do 2º ano lendo e compreendendo pequenos textos, produzindo pequenos textos escritos e fazendo uso da leitura e escrita nas práticas sociais;
- 6- 90% dos alunos do 1º ano com atitudes e disposições favoráveis à leitura desenvolvidas, conhecendo os usos e funções sociais da escrita;
- 7- Elevar para 215,00 a proficiência dos alunos do 5º Ano em Língua Portuguesa;
- 8- Elevar para 234,00 a proficiência dos alunos do 5º ano em Matemática;
- 9- 622,00% dos alunos do 5º ano no nível recomendável em Matemática;
- 10- 50.00% dos alunos do 5º ano no nível recomendável em Língua Portuguesa;
- 11- 100% dos professores elaborando e aplicando, durante todo o ano letivo, avaliações internas que subsidiam a reflexão acerca do desenvolvimento dos alunos e a correção de rumos, caso necessário;
- 12- 100% dos professores aptos a trabalhar de forma diversificada e interdisciplinar, com resultados eficazes;
- 13- 40% das famílias dos alunos envolvidas nas ações do Plano de Intervenção Pedagógica;
- 14- 100% das ações executadas. (PPP DA E. E. BIAS FORTES, 2002, p. 8).

Para o cumprimento destas metas a escola elaborou, juntamente, com o Colegiado e a Comunidade escolar o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), documento de extrema importância para o processo de ensino / aprendizagem.

#### **4 - CURRÍCULO**

O entendimento sobre currículo adotado pela escola está baseado nas ideias expostas por Giusta (2001, p. 10-14) em que apresenta três níveis de conceituação de currículo:

O que é de domínio público (...) é algo que corre, que tem uma seqüência, que flui, que transcorre, que faz atalhos, que faz cortes. O de quem vive o currículo como o aluno e o educador (...) para os alunos são os conhecimentos das matérias. (...) para os professores prevalece a visão tradicional de currículo como o conjunto de disciplinas, como treinamento de habilidades preestabelecidas. (...) concepção de currículo avançada com ênfase em conteúdos e valores, para que os alunos participem crítica e criativamente das transformações da sociedade. (...) respostas consistentes de que currículo como conjunto de experiências e atividades escolares, intencionais ou não, envolvendo professores, alunos e equipe técnica, todos mobilizados em torno da formação integral do aluno como cidadão. Daqueles que o elegem como tema de estudo e pesquisa (...) sintetizam elementos dos níveis conceituais anteriores e substanciam uma nova concepção do currículo caracterizado pela relação com a sociedade, com as finalidades da educação, com estrutura narrativa e como complexidade.

A escola deve seguir o currículo estabelecido pela SEE-MG, porém é autônoma no que diz respeito a adequação às necessidades e realidade do contexto na qual está inserida. Espera-se desenvolver o currículo num enfoque interdisciplinar numa integração recíproca entre duas ou mais disciplinas e campos de conhecimentos para alcançar uma visão unitária e comum do saber, trabalhado em parceria.

Entende-se que interdisciplinaridade pressupõe uma mudança de consciência, de postura e atitude quanto à vida, à sociedade, educação e homem, a preocupação deve ser a formação integral do ser humano em processo.

As disciplinas do currículo serão ministradas por um mesmo professor - Unidocência.

#### **4.1 - Áreas do Conhecimento e Competências**

As áreas do Conhecimento pontuam objetivos capazes de desenvolver as competências e habilidades necessárias à construção do conhecimento e as possibilidades cognitivas do sujeito no processo educativo.

## 4.2 - Ciclo da Alfabetização – 1º, 2º e 3º anos

O trabalho com o ciclo da alfabetização tem por base os referenciais para a educação infantil e ainda as orientações contidas nos cadernos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 das Orientações para o Ciclo da Alfabetização, publicado pelo CeALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG. O trabalho com o ciclo complementar de alfabetização usa como marco referencial os PCNs.

Para todo o ciclo da alfabetização, a escola adota como apoio curricular as orientações dos 06 cadernos elaborados pelo CeALE e distribuídos pela SEE-MG para todas as escolas de Ciclo Inicial.

O CeALE indica 05 eixos para serem observados nestas fases que são a compreensão e valorização da cultura escrita; a apropriação do sistema de escrita; leitura; produção escrita e; desenvolvimento da oralidade. Cumprem-se ainda as orientações dos PCNs: é também adotado o uso das matrizes de ensino da SEE-MG, de acordo com a Resolução nº 1086/08;

Língua Portuguesa:

✓ Objetivo Geral:

Adquirir progressivamente capacidades em relação à linguagem que possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado.

✓ Objetivo Conceitual:

Compreender o sentido implícito nos diversos tipos de textos, levando-se em consideração as ideias centrais do autor.

✓ Objetivo Procedimental:

Escrever textos dos gêneros previstos para o ciclo, utilizando a escrita alfabética e preocupando-se com a forma ortográfica.

✓ Objetivo Atitudinal:

Utilizar a linguagem para expressar sentimentos, experiências e ideias, acolhendo, interpretando e respeitando os diferentes modos de falar.

Matemática:

✓ Objetivo Geral:

Estabelecer relações que aproximam o aluno de conceitos, procedimentos simples e atitudes curiosas perante a Matemática.

✓ Objetivo Conceitual:

Construir o significado de número natural a partir de diferentes usos no contexto social, explorando situações problemas que envolvam contagens, medidas e códigos numéricos.

✓ Objetivo Procedimental:

Interpretar e produzir escritas numéricas, levantando hipóteses sobre elas, utilizando-se de linguagem oral, de registros informais e da linguagem matemática;

✓ Objetivo Atitudinal:

Desenvolver a curiosidade, a exploração e interpretação em utilizar números, principalmente na vida cotidiana.

Geografia / História:

✓ Objetivo Geral:

Compreender o espaço onde se está inserido, sabendo posicionar-se e agir adequadamente.

✓ Objetivo Conceitual:

Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço.

✓ Objetivo Procedimental:

Envolver-se criticamente no ambiente em que vive, posicionando-se de acordo com a realidade.

✓ Objetivo Atitudinal:

Posicionar-se com criticidade na sociedade respeitando os espaços, as manifestações culturais e sociais.

Ciências:

✓ **Objetivo Geral:**

Desenvolver capacidades que permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo e como cidadão da sua faixa etária, utilizando gradativamente conhecimentos de natureza científica e tecnológica.

✓ **Objetivo Conceitual:**

Perceber a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformação do meio em que vive.

✓ **Objetivo Procedimental:**

Organizar e registrar informações por meio de desenhos, quadros, listas, pequenos textos sob orientação do professor e expressar opiniões a respeito de todo o trabalho para possibilitar a apreensão de novos procedimentos.

✓ **Objetivo Atitudinal:**

Reconhecer a saúde como um bem individual e comum que deve ser compreendido pela ação coletiva, atuando sobre a realidade com um olhar sensível, humano e novo.

### **4.3 -Ciclo Complementar – 4º e 5º anos**

Língua Portuguesa:

✓ **Objetivo Geral:**

Adquirir progressivamente capacidades com relação à linguagem que possibilite o envolvimento no cotidiano político-social.

✓ **Objetivo Conceitual:**

Compreender o sentido das mensagens orais e escritas, de forma a possibilitar a inserção do educando, de forma crítica e participativa, no mundo letrado.

✓ **Objetivo Procedimental:**

Ler autonomamente e escrever diferentes textos dos gêneros para o ciclo, sabendo identificar aqueles que respondem as suas necessidades imediatas e selecionar estratégias adequadas na abordagem.

✓ **Objetivo Atitudinal:**

Utilizar a linguagem para expressar sentimentos, experiências e ideias, acolhendo, interpretando e respeitando os diferentes modos de falar.

## Matemática:

✓ Objetivo Geral:

Ampliar conceitos já trabalhados, estabelecendo relações que aproximam de novos conceitos e procedimentos.

✓ Objetivo Conceitual:

Ampliar o significado natural pelo seu uso em situações-problemas e pelo conhecimento de relações e regularidades.

✓ Objetivo Procedimental:

Utilizar a proposição de ideias verificando a possibilidade de resolução de problemas de forma a demonstrar que houve apreensão do conteúdo ora apresentado.

✓ Objetivo atitudinal:

Demonstrar interesse para investigar, explorar e interpretar, em diferentes contextos do cotidiano e de outras áreas do conhecimento.

## Geografia / História:

✓ Objetivo Geral:

Compreender a realidade próxima e outras realidades, percebendo os diferentes modos de posicionar-se, agir adequadamente; fazendo do seu espaço sociocultural o conteúdo a ser estudado para situar-se no tempo e no espaço.

✓ Objetivo Conceitual:

Reconhecer, de acordo com seu nível de desenvolvimento, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de seu grupo comparando com outros grupos fazendo referências à localização, ao passado e ao presente.

✓ Objetivo Procedimental:

Utilizar diferentes fontes de informações pautadas em relatos, documentos e circunstâncias presentes no cotidiano real, para leitura crítica.

✓ Objetivo atitudinal:

Valorizar as ações coletivas que repercutem na melhoria das condições de vida das localidades.

## Ciências:

✓ Objetivo Geral:

Desenvolver capacidades que permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo cidadão, utilizando conhecimento de natureza científica e tecnológica.

✓ Objetivo Conceitual:

Compreender o corpo humano como um todo integrado e a saúde como bem estar físico, social, psíquico do indivíduo.

✓ Objetivo Procedimental:

Confrontar conhecimentos individuais com o conhecimento científico de forma a produzir estruturas de ideias.

✓ Objetivo Atitudinal:

Valorizar o ambiente em que se vive investindo na preservação ambiental e na sustentabilidade.

## Educação Física:

✓ Objetivos do 1º ao 5º ano:

- Valorizar as diferentes manifestações culturais;
- Desenvolver atividades corporais de forma coletiva e participativa, como jogos e brincadeiras diversas;
- Acompanhar a música e identificar símbolos cívicos sociais;
- Conhecer possibilidades e limitações corporais.

## Educação Artística – Interdisciplinar do 1º ao 5º ano:

✓ Objetivos:

- Desenvolver atividades que envolvam os diversos tipos de manifestações culturais através da arte;
- Desenvolver atividades individuais e coletivas respeitando cada forma de expressão e posicionamento.

## 4.4 - Procedimentos Metodológicos

Métodos de Ensino são as ações do educador pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos educandos para atingir objetivos de trabalho docente em relação a um conteúdo específico. Eles regulam as formas de interação entre o ensino e a aprendizagem, entre o professor e os alunos, onde o resultado é a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas e operativas dos alunos.

A prática educativa em nossa sociedade, através do processo de transmissão e assimilação de conhecimentos e habilidades, deve ter em vista a preparação das crianças e jovens para uma compreensão da realidade. Intermediando essas ações, os métodos de ensino são ações, passos, procedimentos, vinculados ao método de reflexão, compreensão e transformação da realidade, sob condições concretas e situações didáticas, e asseguram o encontro formativo entre aluno e as matérias de ensino.

O procedimento é um detalhe do método. Por exemplo: para o método de exposição pode-se usar o procedimento de perguntas aos alunos, leitura de um texto, etc. Métodos de ensino se ligam aos métodos de aprendizagem porque existem no processo dois aspectos que devem ser observados para se definir qual método utilizar em determinada situação: aspecto externo – conteúdos de ensino; e o a aspecto interno – as condições mentais e físicas dos alunos para assimilação dos conteúdos.

#### Alguns Métodos/Tipos de Aula

São métodos e/ou tipos de aulas: as aulas dialogadas ou de conversação, aulas expositivas, aulas de introdução da matéria, aulas práticas, aulas de consolidação, (exercícios, recordação, sistematização, aplicação); aulas de verificação da aprendizagem para a avaliação diagnóstica ou de controle.

As observações quanto aos alunos com necessidades educativas especiais e os alunos que precisam de atendimento diferenciado, bem como todos os alunos devem ser respeitados em suas potencialidades, através de uma metodologia que os envolverá em todas as atividades que a escola proporcionará.

Será valorizado o lúdico, o material concreto e o grau de empatia no desenvolvimento das aulas; o método de exposição funciona bem quando os alunos têm conhecimentos imprecisos sobre o assunto. A palavra do professor pode ser estimuladora para o assunto em questão, como procedimento pode-se utilizar uma leitura expressiva se a atividade dos alunos é receptiva, mas não necessariamente passiva.

As formas de exposição são a verbal: explicar de modo sistematizado, um texto, descrição com vivacidade de uma situação real, perguntas que instigam a curiosidade, representação de fenômenos que ocorrem na realidade. Procedimentos: excursão, filme, explicação coletiva por meio de um experimento simples. A ilustração-enriquecimento da explicação por meio de gravuras, mapas, esquemas, gráficos, etc. E ainda a exemplificação - ocorre quando o professor faz uma leitura em voz alta, usa um dicionário, consulta o livro didático, organiza os cadernos, etc.

O método de trabalho independente consiste em tarefas dirigidas e orientadas pelo educador, para que os alunos as resolvam de forma relativamente independente e criativa. Na tarefa preparatória, os alunos escrevem o que pensam sobre o assunto, colhem dados e observações, respondem a um questionário, para verificação das condições e conhecimentos prévios.

Na assimilação de conteúdo são aplicadas tarefas de aprofundamento e aplicação dos temas já tratados. Exemplo: estudo dirigido, problema com base num fato novo, leitura de um livro, etc. As tarefas de elaboração pessoal são exercícios nos quais os alunos produzem respostas surgidas de seu próprio pensamento, como por exemplo: o que aconteceria se..., o que devemos fazer quando..., relatar o que viu.

Já o método de elaboração conjunta tem como referência um tema de estudo determinado, supondo que os alunos estejam aptos a conversar sobre ele. A forma mais comum da conversação didática é a pergunta, tanto do professor quanto dos alunos. O professor traz conhecimentos e experiências mais ricos sobre o tema e instiga os alunos a responderem e a questionarem.

No que se refere ao método de trabalho em grupo, informa-se que consiste em distribuir temas iguais ou diferentes a grupos fixos ou variáveis, compostos de 03 a 05 alunos, tem por finalidade obter a cooperação dos

alunos. É interessante que cada membro tenha uma função e todos em torno de um objetivo comum.

Se o trabalho for extraclasse, aconselhado em todos os anos, deve haver uma metodologia de orientação sobre onde, em que horário, como e para quê o grupo irá se encontrar. É necessário encaminhar um roteiro ou plano do trabalho com informações importantes aos pais. Este é um procedimento para qualquer atividade extraescolar. Outras formas de trabalho em grupo são os debates, seminários, júri simulado, GV (grupo de verbalização) GO (grupo de observação), etc.

### Programação de Atividades Especiais Previstas

São aquelas que completam os métodos de ensino e que concorrem para assimilação ativa dos conteúdos. São por exemplo, o estudo do meio, o jornal escolar, assembleia de alunos, o teatro, a biblioteca escolar, projetos enviados e solicitados pelo sistema.

O planejamento anual deverá ser visto bimestralmente para que os educadores definam as atividades especiais, que deverão acontecer para o trabalho de consolidação de algum conteúdo disciplinar, como por exemplo: visitas a órgãos públicos, outras escolas, museu (Casa da Memória), casa de artesanato, a uma praça, elaborar um projeto específico, e outros.

A escola sempre realiza programações socioculturais que exigem muito dos funcionários. São bonitas e interessantes, no entanto, são pouco prestigiadas como as feiras, passeatas e auditórios. As que têm mais público, presença da família, são as festas de datas comemorativas nas quais os alunos fazem apresentações, pois os pais vêm assistir.

Seguem abaixo os principais projetos permanentes:

- CarnaBias: carnaval na própria escola, realizado após estudo sobre o assunto. A organização obedecerá a uma programação prévia.
- Mostra Cultural: realização anual. Exige a elaboração de projeto. A comunidade januarensense é convidada para o evento.
- Homenagem à Família: em maio ou agosto. A organização obedecerá a uma programação. As famílias dos alunos são convidadas.

- “Arraiá” do Bias Fortes: mês de junho ou julho (festa junina ou julina). A organização obedecerá a uma programação elaborada coletivamente.
- Festival do Folclore e Primavera: realizada em agosto com apresentação das manifestações folclóricas do município e/ou região. A organização obedecerá a uma programação. A comunidade escolar é convidada.
- Semana da Criança: em outubro já é tradicional, com brincadeiras, filmes e “festinhas”. Pode diversificar, trocando-se atividades: torneios, oficinas, palestra, etc. A atividade obedecerá a uma programação.
- Natal Solidário: ao longo do ano com campanhas solidárias e em dezembro há ainda com um correio da amizade e uma comemoração. Exige a elaboração de projeto. (O produto adquirido nessa campanha será doado a entidades filantrópicas e a uma família carente da própria escola).

Os detonadores e a culminância dos projetos destacam-se como atividades especiais que a escola desenvolve. São abordados aspectos da vida cidadã como saúde, meio ambiente, sexualidade, etc. são trabalhados também a partir de projetos elaborados coletiva e interdisciplinarmente. A escola participa de eventos que envolvem a comunidade januarense, promovidas por outras instituições sociais.

Têm-se, ainda, projetos que envolvem liderança dos alunos em grupos de trabalho:

- No quinto ano – o Chá Poético – literatura e arte – uma nova denominação para o antigo Clube de leitura – os alunos preparam e apresentam números literários, enfatizando autores estudados ou um tema específico. Trabalhar-se-á, também, poemas e textos poéticos produzidos pelos próprios alunos que culminará na produção de um “livro”.
- No Ciclo da Alfabetização – temos o Projeto: Ciranda de Leitura – os alunos são estimulados a ler, ouvir, contar e recontar histórias. Alunos de outras turmas/fases apresentam números artísticos ou contam histórias para estas turmas. Pais, ex-professores, pessoas da comunidade são convidadas a contar histórias para estes alunos.

#### **4.5 - Instrumentos de Trabalho e Materiais Curriculares**

A escola disponibiliza alguns instrumentos, mas a busca e a criatividade devem ser constantes por parte de todos. É necessário o uso de Proposta Pedagógica; Planejamento Anual; Cadernos de Planos de Aula; Instruções, Resoluções e livros da SEE; Caderneta; Boletim informativo sobre o aproveitamento dos alunos; Fichas de análises da leitura, interpretação, produção de textos e caracterização da turma; Arquivo de atividades - portfólio; Bilhete – comunicação da escola com os pais; Livros didáticos; Livros diversos; Atividades xerografadas e em quadro de giz; Retroprojektor; TV, vídeo; Lousa Digital, Data show; Livros formais para ata de reuniões e convocação de pais, de professores, visitas de pais, ocorrências disciplinares.

#### **4.6 - Organização dos Alunos**

##### **Organização em Ciclos**

A E. E. Bias Fortes atende os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental que estrutura-se em 09 anos:

##### **O Ciclo da Alfabetização em três anos:**

- a) 1º ano: destinado aos alunos que ingressarem no Ensino Fundamental aos seis anos de idade completos, conforme legislação vigente;
- b) 2º ano: destinado aos alunos provenientes do 1º ano após cumprimento dos objetivos do mesmo; (retirar o espaço abaixo, deixar o espaçamento 1,5 entre linhas).
- c) 3º ano: destinado aos alunos que atingirem os objetivos do 2º ano, dando continuidade ao trabalho em desenvolvimento e finalizando os objetivos previstos para o Ciclo da Alfabetização.

##### **O Ciclo Complementar compreende 02 anos:**

- a) 4º ano: destinado aos alunos que concluíram o Ciclo da Alfabetização, dando continuidade aos processos de alfabetização e letramento desenvolvido no período anterior.

b) 5º ano: destinado aos alunos que alcançaram os objetivos do 4º ano, dando continuidade aos processos de desenvolvimento e finalizando o Ciclo Complementar.

### **Número de Alunos por Turma**

O número de alunos por turma e o preenchimento das vagas sempre obedecerá à legislação vigente, ficando a cargo da Secretaria Escolar informar essa quantidade e os casos de vaga e transferência de alunos. A equipe pedagógica fica responsável pela enturmação dos alunos.

### **Enturmação**

Acontece no final do ano letivo para alunos que já frequentam a escola e no início do ano letivo para alunos recém-matriculados. No entanto, no início do ano letivo toda a enturmação pode sofrer alterações em decorrência de transferências, novas matrículas e processo de reagrupamento.

Para efeito de enturmação dos alunos, identificaremos, sem discriminar:

- Alunos com idade e níveis de escolarização aproximados;
- Alunos que necessitam de atendimento diferenciado;
- Alunos com necessidades educativas especiais.

Serão evitados agrupamentos de muitos alunos com problemas relacionados ao comportamento disciplinar, em uma mesma turma.

Para identificação das características educativas dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola realizará, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem contando para isso com:

- experiências do seu corpo docente e especialistas da educação;
- colaboração da família e cooperação dos serviços de Saúde e Assistência Social, e outros existentes na localidade.

Uma vez diagnosticado a clientela matriculada para o atendimento educacional, as turmas serão organizadas de acordo com os seguintes critérios: alunos com idade e nível de escolaridade aproximada, são aqueles com a mesma e aproximada idade e apresentam capacidades e objetivos de

aprendizagem próximos. Estes alunos serão agrupados para prosseguir a sequência dos conteúdos de ensino.

Referimos como alunos que necessitam de atendimento diferenciado, aqueles que apresentam ritmo muito diferenciado de aprendizagem demonstrado quando ao resolver as atividades, realiza com grau de esforço que demanda mais tempo que o previsto; falta de pré-requisitos que comprometem dar continuidade à sequência do conteúdo proposto; não acompanham a turma por consequência de progressões automáticas anteriores. Estes alunos serão agrupados em uma mesma turma para atendimento diferenciado.

O agrupamento dos alunos é sempre flexível, pois à medida que surgem novas situações, estratégias de movimentação de alunos podem ser um dos critérios para a continuidade do trabalho com resultados interessantes.

A decisão sobre qualquer movimentação na turma deve ser lavrada em ata e ser discutida por uma comissão: professor regente da turma em questão, professor da escola, supervisor e diretor. O aluno e a família devem estar em constante preparação sobre as questões supracitadas.

Não cabe prevalecer a opinião, o desejo da família quando isso vir a prejudicar a situação do filho. Neste caso, deve-se buscar auxílio de outros profissionais que não estão diretamente ligados ao assunto, mas que podem compreendê-lo para dialogar com a família que não concorda com as decisões coletivas da escola.

#### **4.7 - Educação Inclusiva**

Consiste na identificação das necessidades dos alunos que apresentem algum tipo de deficiência para que seja viabilizado o atendimento especializado. A escola, então, deve elaborar plano de atuação de Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme legislação específica.

Os professores do ensino regular devem ser orientados para atender os alunos com necessidades educacionais especiais conforme legislação vigente, ainda, ter conhecimento de que é oferecido atendimento especial no período inverso ao do ensino regular freqüentado pelo aluno – as chamadas salas de recurso.

**Casos para Atendimento Especial:**

TGD – Transtornos Globais do desenvolvimento

DI – Deficiência Intelectual

TID – Transtornos Invasivos do Desenvolvimento

Autismo

**Conteúdos específicos da formação dos professores de AEE:**

LIBRAS;

Língua Portuguesa para alunos com surdez;

Sistema Braille;

Informática aplicada à produção Braille;

Recursos tecnológicos e informática aplicada à deficiência visual (sintetizadores de voz, lupa eletrônica, magnificadores de tela para baixa visão);

Produção Braille e adaptação de material impresso em tinta;

Recursos ópticos e não ópticos para baixa visão;

Técnica de uso do sorobã;

Adaptação de livros didáticos e de literatura para pessoas cegas;

Avaliação funcional da visão;

Orientação e mobilidade para pessoas cegas;

Escrita cursiva, grafia do nome e assinatura em tinta para pessoas cegas;

Tecnologia Assistiva: comunicação alternativa, informática acessível, materiais pedagógicos adaptados, mobiliário acessível;

Interpretação em LIBRAS;

Instrutor de LIBRAS;

Desenho universal;

Comunicação para o aluno surdo-cego;

Outras.

A sala de Recursos Multifuncionais é um espaço organizado preferencialmente em escolas comuns das redes de ensino para a realização do AEE. Já na sala de aula comum, a professora de AEE (ou Professora de Apoio) demonstra o uso da máquina de escrever em Braille para professora regente e alunos, bem como acompanha o uso da Comunicação Alternativa.

O que pode ser aprendido nas salas de recursos multifuncionais? Treinamento de recurso óptico informática acessível; Sistema Braille na máquina de escrever; Língua Portuguesa escrita para pessoas com surdez; comunicação alternativa.

A Escola Estadual Bias Fortes atende aos alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula, de forma inclusiva, porém não dispõe de sala de recursos multifuncionais e, em alguns casos, tem-se professor de apoio.

Os alunos com necessidades educacionais especializadas são atendidos pelos regentes de turma e pelo professor de apoio na sala de aula, com atividades diferenciadas, jogos de memorização, quebra-cabeça, historinhas, vídeos e brincadeiras que envolvem o corpo e o raciocínio lógico. A escola conta, ainda, com 1 (um) professor regente de turma que possui formação em Libras.

A escola não possui sala adequada que possa ser disponibilizada para esse tipo de atendimento, quanto ao aspecto físico contamos com 02 banheiros sem acessibilidade para pessoas com deficiências e um computador com software para auxílio aos alunos autistas. Entretanto, não possui nenhum material mobiliário de suporte para o AEE.

## **5 –TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

O tempo escolar deve ser respeitado em face da legislação vigente. Antes disso, porém, é necessário que seja feito um trabalho eficiente com o aluno para que este desenvolva suas habilidades dentro do período específico a cada ciclo de aprendizagem.

No que se refere à Progressão Continuada,ressalta-se que permite desenvolver um trabalho processual, que envolve uma avaliação sistemática no sentido de permitir que o aluno prossiga no seu processo escolar, superando as dificuldades no momento em que elas aparecem e dentro do Ciclo.

O Ciclo é o período destinado à aquisição de capacidades e compreende: o Ciclo da Alfabetização – 03 anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano, e Ciclo Complementar – 02 anos de escolaridade, 4º e 5º ano.

N.º de dias letivos anuais: 200, no mínimo;  
N.º de dias letivos semanais: 05    N.º de semanas letivas anuais: 40  
Duração do módulo aula: 50 min    Recreio: 20 min  
Turno: 4h30 min    Carga Horária Diária: 4h  
Carga Horária Anual: 833h20 min

### **5.1 - A Frequência do Aluno no Tempo Escolar**

No ato da matrícula e renovação da matrícula, a família deve em formulário próprio fornecido pela escola, responder sobre a opção ou não da frequência do filho nas aulas de Educação Religiosa. As outras disciplinas são de frequência obrigatória.

A obrigatoriedade e a frequência do aluno obedecerão à legislação vigente. Cabe ao professor registrar a presença, falta ou falta justificada do aluno e comunicar ao serviço pedagógico, as faltas consecutivas do aluno às aulas, por mais de cinco dias ou alternadas, por mais de 10 dias.

O serviço de coordenação pedagógica buscará meios de localizar a família do aluno, para que sejam justificadas as faltas, e ainda, orientá-las sobre a sua responsabilidade pela educação do filho, obedecendo ao prescrito no art. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8069, de 13/07/1990.

Persistindo o problema, o caso será encaminhado ao Colegiado Escolar e, caso continue será acionado o Conselho Tutelar, conforme especificado no art. 56, II do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto aos alunos que chegam consecutivamente após o horário de início das aulas ou retornam para casa após 15 minutos ou mais do término do dia letivo, os pais serão convocados para encontrar solução para a situação-problema e, quando for o caso, assinar termo de compromisso.

### **5.2 - Rotina Flexível e Adequada à Criança**

Conforme a Orientação nº 1 de 05/02/2004 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), no tempo escolar o professor

desenvolverá a habilidade de refletir sobre o cotidiano, de agir de forma reflexiva (conversar com os alunos sobre o que se faz, por que e para que se faz). A competência para administrar o tempo (planejamento do dia, da Semana) será desenvolvida constantemente, bem como a habilidade de tomar decisões coletivamente, de participar da vida em grupo (negociar propostas, questionar, posicionar-se, argumentar).

Quanto aos profissionais será desenvolvida a consciência das próprias ações do professor e do grupo; do processo de trabalho; do processo de ensino-aprendizagem; e por fim da capacidade de avaliar o desenvolvimento dos trabalhos, com ação/avaliação/reflexão/ação.

### **5.3 - A Dinamização do Tempo Escolar nas Aulas**

Como complemento procedimental, concorrendo para assimilação ativa dos conteúdos, precisa-se desenvolver nas horas/aulas:

- ✓ momento de estudo de regras para a prática de um jogo ou brincadeira, organização do ambiente, etc.;
- ✓ conversas informais, explorando o calendário;
- ✓ música, dinâmica de grupos, artes, ensaios, filme em vídeo;
- ✓ utilização dos jogos pedagógicos,
- ✓ ouvir e contar histórias e a própria produção de textos;
- ✓ selecionar e fazer empréstimo de livros na biblioteca;
- ✓ discutir o correto traçado das letras, treinando-as;
- ✓ explicação e correção do para casa.

### **5.4 - Espaço escolar**

Compõem o Espaço Escolar todas as dependências existentes na escola, bem como as extensões não construídas. Estes espaços não construídos contam com arborização em algumas partes.

Pensando em potencializar uma aprendizagem ativa e reflexiva proporcionar-se-á aos alunos no espaço escolar:

### **Estimulação para os Estudos**

São meios para conseguir ensinar sobre a necessidade do estudo, no espaço/escola privilegiado para a educação formal: tomar atitude quando o aluno demonstrar dificuldade, assim evita-se o acúmulo das dificuldades que leva ao desânimo; preocupar-se em elaborar de forma clara os exercícios de consolidação da matéria; o aluno deve ter clareza do objetivo e das finalidades das tarefas; propor desafios aos alunos sempre, exigir dos alunos tarefas bem-feitas, respostas precisas, dentro do prazo estipulado conforme as suas possibilidades; valorizar as habilidades e métodos próprios do aluno resolver uma atividade; elogiar pelo bom desempenho e nunca falar os pontos negativos do aluno ou de sua família frente a toda classe, o que se pode fazer é orientar sobre seus deveres e direitos.

### **Favorecer a Aprendizagem**

- A tarefa fundamental da escola é assegurar o trânsito do conhecimento de senso comum ao conhecimento científico e o ponto de partida deve ser a experiência que trazem os alunos;
- Cabe à escola respeitar as origens e dificuldades dos educandos nesse novo espaço e gradativamente ampliar e transformar o conhecimento e hábitos que trazem consigo;
- Conhecer as raízes dos problemas oriundos de “casa” é importante, porém muitas vezes é distante a possibilidade de resolvê-los, nesse caso, pode-se agir profissionalmente envidando esforços para que o aluno tenha acesso, a nível pedagógico, daquilo que não tem no meio familiar;
- Vale lembrar que inúmeros alunos contam apenas com a escola para a boa educação, inclusive a informal.

### **Influência do Espaço Escolar**

- Criar ambiente escolar agradável e acolhedor - arejado, higiênico, com cartazes, brinquedos, músicas, jogos, ambiente alfabetizador, etc.;
- Investir em salas para aulas de recuperação, adaptações, móveis adequados à fase introdutória e acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais, melhoria da quadra, criação de ambiente recreativo;
- O trabalho extraescolar inclui o uso da biblioteca, a casa dos alunos, participação em eventos da comunidade, que a escola participe do trabalho em grupo extraturno, etc.
- Todos os espaços da escola serão priorizados para o atendimento das atividades pedagógicas, inclusive as sombras das árvores.

## **6 - PROCESSOS DE DECISÃO**

A gestão democrática é uma realidade na escola uma vez que as tomadas de decisões perpassam por todos os segmentos com questionamentos orais e/ou escritos e com registros em atas. O gestor toma decisões baseadas no coletivo com observância à legislação vigente.

As relações de trabalho não são fechadas, isoladas. Há uma troca de experiências com outras instituições educacionais estaduais e municipais. Procura-se sempre manter contato direto com a Superintendência Regional de Ensino - SRE e, por conseqüência, com a SEE-MG.

Em consonância com a gestão democrática os gestores são escolhidos através de um processo que se inicia com uma Certificação de Gestor Escolar, e só após aprovação nessa certificação é que a pessoa está apta a se inscrever como candidata ao cargo comissionado de diretor escolar passando por eleição através de voto secreto – envolvendo toda a comunidade escolar.

No que diz respeito ao desempenho profissional, todos os servidores da instituição passam por uma avaliação anual. Compete ao gestor o acompanhamento do desenvolvimento do servidor em observância ao desempenho pedagógico e das relações de trabalho e/ou interpessoais.

### **6.1 –Colegiado**

Para Machado (2002, p. 30), a instituição denominada Colegiado Escolar vincula-se ao cumprimento da função social, pedagógica e política da educação escolar. Para a autora é um órgão coletivo de decisões e de análise de organização e funcionamento da escola.

O colegiado é um órgão representativo da comunidade escolar com funções deliberativas e consultivas e de monitoramento da avaliação no que se refere à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. Ele tem a função de compartilhar com o gestor todas as decisões da escola tendo sempre em vista o oferecimento de uma educação de qualidade para os alunos. Cada colegiado deve elaborar um plano de ação que é a representação ou sistematização da preocupação, dos sonhos e desejos quanto ao que pretende realizar na escola. A definição, competências e funções do colegiado estão regulamentadas na legislação vigente e podem ser consultadas no Regimento Escolar.

É importante que cada membro reflita sobre como pode atuar para tornar o Colegiado um espaço de discussão e contribuir para que a escola cumpra, melhor, suas atribuições. Machado (2002, p. 30) lembra que a democratização da escola acontecerá quando os membros do colegiado agirem conscientemente, compromissados e imbuídos de vontade e de decisões. Os membros devem debater os problemas, propondo soluções, alternativas e agindo para colocá-las em prática. São objetivos do colegiado: planejar sobre a utilização dos recursos humanos e financeiros que a escola dispõe; como serão organizados os tempos escolares; que conteúdos devem ser desenvolvidos nas disciplinas; quando e como serão realizadas as avaliações da aprendizagem do aluno, do desempenho da escola e do servidor, dentre outras ações; enfim tudo que diz respeito ao desenvolvimento do processo educativo, sem se esquecer de que o norte de todo o planejamento são os marcos que a escola tem como referência. Citam-se como exemplos: Que aluno pretende-se formar? Quais os valores que devem estar presentes na sua educação? Que objetivos e metas pretende-se buscar para alcançar tais fins? Deve-se ainda promover a participação da comunidade escolar na gestão democrática; favorecer a autonomia pedagógica; facilitar a experiência prática

para incentivar a participação social; observar as competências pedagógicas, pois as mesmas vêm sempre em primeiro lugar, além de ser a razão da própria existência da escola e do nosso trabalho.

No que se refere à área pedagógica, é função do colegiado aprovar o Plano de Desenvolvimento da Escola. Acompanhar a implementação e avaliação do PDE e do Projeto Político Pedagógico, emitido pareceres quando necessário, bem como acompanhar e avaliar os projetos implantados pela escola; acompanhar o rendimento escolar, a disciplina, a frequência dos alunos e atendê-los em suas necessidades e, ainda, oferecer suporte ao trabalho dos professores e supervisores/coordenadores.

Na área administrativa o colegiado deve acompanhar os processos de avaliação da escola, de seus servidores e alunos; acompanhar a avaliação de desempenho da escola; capacitar os seus membros; propor e aprovar parcerias com organizações sociais e, divulgar para a comunidade escolar as ações realizadas.

O colegiado deve também ajudar na gerência da área financeira aprovando a proposta de aplicação de recursos financeiros geridos pela Caixa Escolar, levando em consideração as necessidades da escola. Deve ainda acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da escola e referendar a prestação de contas feita pelo Conselho Fiscal.

## **6.2 - Conselho de Ciclo**

Segundo Dalben (2004, p.31), o Conselho de Ciclo é um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos.

Nesta escola, consideram-se as atitudes, as habilidades e o Conselho de Ciclo tem a função de verificar os domínios de capacidades, a participação dos alunos nas aulas e acontece em três momentos: primeiro, durante os encontros semanais ou quinzenais do professor com o supervisor/coordenador,

visitas do supervisor/coordenador às turmas nas quais são discutidos assuntos relacionados à situação de cada aluno e a busca de soluções.

No segundo momento, em reunião, os professores respondem a questionários/fichas de observação que os estimulam a pensar na situação de cada aluno da turma, diagnosticar e registrar propostas.

No terceiro, em reunião, os professores expõem os progressos, dificuldades e propostas para o grupo de professores que participam; acontece aí um momento de trocas de experiências e decisões sobre ações a serem executadas em busca de melhoria no processo ensino-aprendizagem e da escola como um todo.

Pretende-se abranger a participação de representantes de pais ou responsáveis dos alunos no Conselho de Ciclo mediante as orientações de Dalben (2004) quando afirma que:

A presença dos pais e dos alunos durante as reuniões tem sido considerada importante. Acredita-se que essa participação deva ser definida pelos objetivos da reunião. Em alguns casos, a participação exclusiva de professores é interessante, em outros, torna-se fundamental a presença dos pais e dos alunos. O mais conveniente é evitar-se a burocratização destas participações, porque isso dificulta os encaminhamentos (DALBEN: 2004, p. 8).

O Conselho de Ciclo também tem a função de tomar decisões quanto à Classificação e Reclassificação de alunos; encaminhamento de alunos a especialistas e ao Conselho Tutelar quando o mesmo cometer um ato infracional. O Ato Infracional- é uma ação praticada por criança ou adolescente, parecida com ações definidas como crime ou contravenção (desobediência às normas), mas não se caracteriza como crime ou delito.

O Conselho ajuda ainda no encaminhamento de pais ou responsável ao Conselho Tutelar ou autoridade judicial em caso de descumprimento do seu dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores (Art. 22 do ECA) ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável (Art. 98, II do ECA). O Estatuto da Criança e do Adolescente reza o seguinte:

Os dirigentes de estabelecimento de ensino comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:  
I- maus-tratos envolvendo seus alunos;  
II- reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

### **6.3 - O relacionamento da escola com a comunidade escolar**

Além de acreditar na capacidade de aprendizagem dos alunos, independentemente de suas diferenças sociais, culturais, econômicas, de ritmo de aprendizagem, os profissionais deste estabelecimento de ensino devem colocar “o aluno como centro de todo o processo” e com simpatia, entusiasmo e dedicação atender-lhes nas suas necessidades educativas. O diálogo franco e aberto, confiança, respeito e autoestima positiva estimulada entre profissionais e clientela são requisitos do sucesso.

Desde os primeiros dias de aula, o aluno precisa ser estimulado a pensar e decidir sobre as regras de convívio. Os mínimos esforços positivos dos alunos devem ser valorizados e divulgados, pois muitos deles contam somente com a escola como ambiente onde acontecem relações de trocas de conhecimento, amizade, valores. Nessa situação é nosso compromisso oferecer acompanhamento de perto e com vínculos de competência humana.

Os profissionais, com sua sensibilidade, precisam compreender que, nesse caso não temos muito com que contar de imediato, com a família. Não se trata aqui de sermos bonzinhos ou tomar para nós as funções da família, mas trata-se de sermos coerentes com o nosso compromisso ético de profissionais da Educação.

As famílias também serão chamadas para participar, mas há casos que as distanciam das nossas possibilidades e diante disso, contamos tão somente com o coletivo do próprio ambiente escolar e com as parcerias.

Por isso é importante o clima de cooperação, fazer com que os problemas de cada um invadam um plano informal de trocas diárias em busca da solução dos descompassos de todos.

A direção escolar tem o papel de ser um articulador, como já foi citado, das áreas política, pedagógica e administrativa. Assim deve-se acompanhar e estar presente em todos os setores do estabelecimento, para investigar situações e agir no coletivo, pensando em melhoria.

Buscando esse conjunto idealizado de procedimentos humanos, traçamos ações voltadas para o estreitamento das relações escolares.

### **Ações para o Estreitamento das Relações Escolares**

- Depois de combinado, decidido sobre determinado assunto na coletividade, este só poderá ser desfeito na coletividade;
- Participação da escola, conforme suas possibilidades, em eventos promovidos por outras instituições da comunidade, quando se tratar de atividade compatível com os interesses e necessidades educativas dos alunos.

A Participação dos alunos em atividade extraescolar deverá observar o Art. 75 do ECA, que diz:

Toda criança ou adolescente terá acesso a diversões e espetáculos públicos classificados como adequados a sua faixa etária.  
Parágrafo Único - As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer em locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

Como forma de incentivar a participação dos pais ou responsável, junto aos filhos em atividades especiais desenvolvidas pela escola, citam-se os seguintes exemplos:

- Encontros de confraternização entre os profissionais;
- Comemoração de aniversários dos alunos na escola;
- Passeio para os alunos (participação livre);
- Viagem para os professores (participação livre e recursos próprios);
- Momentos festivos e informativos com as famílias;
- Reuniões periódicas com toda a comunidade escolar e por segmentos desta, para: estudo, planejamento, participação em dinâmicas quebra-gelo, informações administrativas e pedagógicas;
- Os profissionais, as famílias, os alunos precisam falar, expor seus anseios, suas conquistas, mas para isso a escola deve especificar esse momento para que aconteça de forma adequada;
- Toda a comunidade escolar e principalmente os profissionais do estabelecimento devem estar sempre bem informados sobre as programações,

projetos, assuntos tratados em reuniões das quais a escola esteja em desenvolvimento, foi convidada ou convocada, etc.

- As famílias devem saber claramente da proposta pedagógica, do Regimento Escolar, do PDE e da situação de aprendizagem do filho; assim, podem-se evitar interferências inadequadas nas decisões da equipe pedagógica sobre a vida escolar do filho;
- Problemas de relacionamento devem ser solucionados;
- As funções e a hierarquia dos profissionais devem ser respeitadas;
- Tratamento cordial e agradável a todos no ambiente escolar;
- Todas as reuniões realizadas na escola sempre terão como objetivo direto ou indireto, fortalecer ou formar relações positivas entre os participantes do processo educacional.

## **7- RELAÇÕES DE TRABALHO**

As relações de trabalho na E. E. Bias Fortes são pautadas pela solidariedade, reciprocidade e participação coletiva. Há um exercício constante da tolerância, tão necessária ao envolvimento de um grande número de pessoas com concepções distintas.

Procura-se desenvolver projetos de valores humanos que envolvam alunos e servidores. Destaca-se que são elaboradas as regras para uma boa convivência em grupo.

### **7.1 - Do Pessoal Docente Administrativo**

#### **7.1.1 - Dos direitos e deveres do pessoal docente e administrativo**

O pessoal docente e administrativo terá seus direitos assegurados em conformidade com a legislação pertinente, de acordo com o respectivo regime de admissão do ato que o regulou.

Constituem deveres do pessoal docente e administrativo, o desempenho de todas as atividades que, por sua natureza, são inerentes à função que exercem.

Ao corpo docente e administrativo, além dos direitos e regalias que lhes são assegurados pela legislação em vigor, terão as seguintes prerrogativas:

- I – Requisitar todo o material didático que julgar necessário às aulas, dentro das possibilidades do estabelecimento;
- II – Utilizar os livros da biblioteca e das dependências e instalações do estabelecimento, necessários ao exercício de suas funções;
- III – Opinar sobre os programas e suas execuções, planos de curso, técnicas e métodos utilizados e a adoção de livros didáticos;
- IV – Criticar, em termos, através da representação, a Diretora, Órgão Colegiado e demais serviços mantidos pelo estabelecimento;
- V – Valer-se, com autorização da direção, dos serviços auxiliares do estabelecimento, para um melhor exercício de suas funções;
- VI - Incumbir-se das atribuições e competências determinadas do estabelecimento, para um melhor exercício de suas funções;
- VII – Exigir o tratamento e respeito condigno compatíveis com sua missão de educador.

Constituirão deveres do pessoal docente e administrativo, todos aqueles emanados da legislação vigente, bem como os que seguem no Regimento:

- I – Elaborar programas e planos de cursos, por ano de escolaridade e em consonância com as necessidades da turma;
- II – Cumprir rigorosamente o calendário escolar;
- III – Auxiliar na promoção do envolvimento escola-família-comunidade;
- IV – Promover e aprimorar as boas relações pessoais num ambiente educativo;
- V–Zelar pelo patrimônio público da instituição;
- VI – Participar ativamente da construção dos documentos inerentes ao funcionamento da escola – tais como PIP, Regimento, PPP.
- VII – Participar das reuniões do Conselho de Ciclo;
- VIII – Promover e garantir a aprendizagem dos alunos;
- IX – Colaborar no desenvolvimento de ações que favoreçam o trabalho do serviço pedagógico em relação ao atendimento às necessidades dos alunos e da escola;
- X – Manter conduta ilibada;
- XI – Manter atualizada toda a documentação referente à vida escolar dos alunos sem emendas e/ou rasuras;

- XII – Manter atualizado Processo de Vida Funcional entregando com tempestividade documentos necessários solicitados e o controle diário do livro de ponto;
- XIII – Atender às convocações para atividades diferentes das cotidianas comparecendo em reuniões para as quais for convocado;
- XIV – Zelar pela aprendizagem dos alunos, atentando às diferenças individuais;
- XV – Promover a avaliação dos alunos e, bimestralmente participar do Conselho de Ciclo conforme data estabelecida em calendário escolar;
- XVI– Respeitar e fazer respeitar a diferença individual do aluno, suas possibilidades e limitações;
- XVII– Promover a disciplina e a ordem em sala de aula bem como em todo o ambiente escolar.

## **7.2 - Do pessoal discente**

Deve ser assegurado ao corpo discente:

- I – Condições para que permaneçam na escola e obtenham educação de qualidade;
- II–direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – Participar das atividades escolares, sociais, cívicas e recreativas promovidas pela escola e destinadas à sua formação;
- IV – Ser tratado com respeito e urbanidade por todo o pessoal da escola e colegas;
- V – Merecer assistência educacional de acordo com suas necessidades e as possibilidades da escola;
- VI – Utilizar os livros da biblioteca, nos termos e normas estabelecidos para seu funcionamento;
- VII– Ter assistência individual do professor;
- VIII – Ter liberdade de credo religioso, político, filosófico, consoante com o que lhe asseguram as Leis vigentes;
- IX– Ter oportunidades iguais na turma, respeitadas individualmente;
- X – Usufruir de todos os benefícios e recursos que a escola põe ao seu alcance, respeitando sempre as normas funcionais;

- XI – Tomar conhecimento, através do boletim, da sua avaliação de desempenho bimestralmente, e da frequência;
- XII– Requerer cancelamento de matrícula ou sua transferência para outra escola nos termos da legislação vigente;
- XIII– Receber, em igualdade de condições, a orientação necessária para a realização de suas atividades escolares, bem como usufruir de todos os benefícios do processo educativo desenvolvido na escola;
- XIV– Recorrer às autoridades escolares, quando julgar prejudicados os seus direitos.

### **7.2.1 - Dos deveres**

São deveres do pessoal discente:

- I - Respeitar as normas disciplinares da escola;
- II – Contribuir para a elevação moral da escola e promover seu prestígio em qualquer lugar em que estiver;
- III – Participar das promoções, festividades e comemorações cívicas, sociais, culturais e religiosas, promovidas pela escola;
- IV – Cumprir as determinações da Diretoria, dos professores e demais funcionários;
- VI – Cumprir com pontualidade e respeito o horário escolar;
- VII – Zelar pela conservação do prédio e equipamentos escolares;
- VIII – Observar os preceitos da higiene pessoal;
- IX – Apresentar-se à escola trajado adequadamente com bom aspecto de higiene;
- X – Ser pontual e assíduo;
- XI – Ser corresponsável pela aprendizagem, cumprindo todas as tarefas definidas como necessárias;
- XII – Conservar a limpeza da escola e o patrimônio da mesma;
- XIII – Saber ouvir;
- XIV – Saber usar corretamente as normas da escola;
- XV – Permanecer na sala de aula durante as atividades nela realizadas e só sair quando autorizado.

A escola atuará junto aos alunos no sentido de que chegue a reconhecer a origem de suas próprias faltas, a fim de lutar pela sua eliminação, e ainda estimular o senso de respeitabilidade e solidariedade humanas.

### **7.2.2 - É vedado ao aluno**

- I – Ausentar-se da escola sem permissão da direção, sem autorização dos pais ou responsáveis;
- II – Entrar ou sair da sala, durante as aulas, sem permissão do professor;
- III – Permanecer na sala fora do horário de seu turno, salvo em atividade escolar ou devidamente autorizado pela Direção;
- IV – Trazer e/ou usar armas ou qualquer objeto perigoso no recinto da escola, assim como introduzir tóxicos e bebidas nocivas à saúde;
- V – Danificar as instalações da escola;
- VI – Praticar atitudes ou usar palavras que perturbem o bom funcionamento da escola ofendam os bons costumes e importem em desacato à Direção, professores, colegas, especialistas de educação, demais funcionários da escola.

### **7.3 - Do regime disciplinar da escola**

Será aplicado ao pessoal discente, docente e administrativo o regime disciplinar, com a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e consecução dos objetivos propostos.

Serão vedadas as sanções e penalidades que atentem contra a dignidade da pessoa humana, contra a saúde física e mental, ou que prejudiquem o processo formativo.

### **7.4 - Das finalidades**

O regime disciplinar define as penalidades previstas para o descumprimento das determinações deste documento e da legislação pertinente.

## **7.5 - Das penalidades**

As penalidades a se aplicarem ao pessoal docente e administrativo serão previstas na legislação pertinente, de acordo com o regime de admissão a que estiver submetido esse pessoal.

Aos alunos, a critério do estabelecimento, conforme gravidade e reincidência das faltas cometidas ou infrações, serão aplicados os seguintes aspectos formativos:

I – Advertência oral;

II – Advertência escrita;

III – Em casos extremos, consultar o Conselho Tutelar.

1º - Sempre que possível, as penalidades serão aplicadas gradativamente, sem se acumularem;

2º - Na aplicação da pena prevista no inciso III, a Diretora ouvirá o colegiado;

3º - É vedado ao professor suspender o aluno da sala de aula e aplicar-lhe penalidade física.

Nos casos de indisciplina o aluno será ouvido por um grupo formado pelo Diretor e especialistas da educação, e se for um caso que exija tratamento diferenciado, após advertência verbal; advertência por escrito junto com o responsável legal – deve-se encaminhar o caso ao Conselho Escolar que se julgar necessário encaminhará aos demais órgãos responsáveis pelos direitos das crianças e adolescentes para tomada de medidas cabíveis.

## **7.6 - Do pessoal docente**

Será aplicado ao pessoal docente e administrativo o regime disciplinar com a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e consecução dos objetivos propostos.

As penalidades a se aplicarem ao pessoal docente e administrativo serão previstas na legislação pertinente, de acordo com o regime de admissão a que estiver submetido esse pessoal.

## **7.7 - Das proibições do pessoal envolvido no processo educativo**

Além do não cumprimento dos deveres supramencionados, constituem transgressões passíveis de pena para o pessoal docente, técnico e administrativo:

- I- a ação ou omissão que traga prejuízo físico, moral ou intelectual aos alunos;
- II- a imposição de castigo físico ou humilhante ao aluno;
- III- o ato que resulte em exemplo deseducativo para o aluno;
- IV- a prática de discriminação por motivo de raça, condição social, nível intelectual, sexo, credo ou convicção política;
- V- referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho a autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;
- VI- retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da Escola;
- VII- Exercer comércio ou qualquer atividade lucrativa dentro do recinto da escola.

### **7.8 - Do pessoal discente**

São consideradas infrações das normas legais pelo corpo discente:

- I – Desacato ou ofensa a qualquer membro do corpo docente ou autoridade escolar;
- II – Desobediência grave aos professores;
- III – Perturbação da ordem do recinto estabelecimento ou fora dele;
- IV – Prejuízo material e moral ao patrimônio do estabelecimento;
- V – Prejuízo material aos professores, colegas, ou pessoal ligado à administração do estabelecimento;
- VI – Ofensa, agressão ou injúria grave a qualquer pessoa no recinto do estabelecimento;
- VII – Improbidade na execução dos trabalhos escolares;
- VIII – Atos desonestos e incompatíveis com a dignidade do estabelecimento ou de seu corpo docente.

Fica também proibido o uso do celular durante o período de aula bem como nas dependências da escola exceto com finalidade pedagógica.

Compete à Direção, juntamente com o Colegiado, fazer cumprir o Regime Disciplinar, assim como a aplicação das sanções cabíveis, prevista na legislação específica vigente.

## **8- AVALIAÇÃO**

Avaliação e aprendizagem são indissociáveis. Para se obter resultados fidedignos com o que é avaliado e o que é apreendido a Escola adota sistemas de análise de resultados obtidos através das avaliações internas e externas.

São confrontadas as médias obtidas nos dois processos avaliativos, bem como as competências referentes a cada fase de alfabetização.

Ao final de cada ciclo, isto é, no final do 3º e 5º ano, por meio de avaliação global, o conselho de ciclo, de posse do registro histórico do percurso do aluno nas fases, analisará se o aluno realmente alcançou os objetivos esperados. Caso isso não ocorra, ficará um tempo maior no ciclo para recuperação.

Por isso, a trajetória do aluno (as dificuldades, os progressos, atas de reuniões com os pais, algumas avaliações escritas) deve compor o arquivo pedagógico. Em todas as fases do ciclo inicial, o processo de alfabetização será privilegiado, esperando-se que, ao final de três anos, os alunos apresentem o seguinte desenvolvimento:

Atitudes favoráveis à leitura; domínio das capacidades necessárias à leitura com fluência e compreensão; conhecimento dos usos e funções sociais da escrita; domínio das funções entre grafemas e fonemas; capacidade de compreender e valorizar o uso da escrita com diferentes funções em diferentes gêneros; capacidade de produzir textos escritos de gêneros diversos, adequados aos objetivos, ao destinatário e ao contexto de circulação; capacidade de participar das interações cotidianas da sala de aula; atitude de respeito à diversidade de formas de expressão oral manifesta pelos colegas, professores e funcionários da escola, bem como por pessoas da comunidade extra-escolar; capacidade de usar a língua falada em diferentes situações escolares, buscando empregar a variedade lingüística adequada; capacidade de realizar com pertinência tarefas cujo desenvolvimento depende de escuta atenta e compreensão - (ORIENTAÇÃO DA S.E.E/MG. DE N.º 1 – 05-02-2004, ITEM III).

### **8.1 - Avaliação do ciclo completar**

O conceito de avaliação adotado pela escola é o de avaliação formativa, que nas palavras de Perrenoud (1999, p. 14) nada mais é que a maneira de regular a ação pedagógica. A avaliação formativa acompanha o processo ensino e aprendizagem, é uma análise reflexiva sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor, como dos alunos interligando ao nível de assistência extraclasse recebida.

Luckesi (1997) aponta que:

Para ser diagnóstica, a avaliação deverá ter o máximo possível de rigor no seu encaminhamento. Pois que o rigor técnico e científico, no exercício da avaliação garantirão ao professor, no caso, um instrumento mais objetivo de tomada de decisão. Em função disso, sua ação poderá ser mais adequada e mais eficiente na perspectiva da transformação. (LUCKESI: 1997, p. 44).

O diagnóstico deve ocorrer no início do ano letivo e de uma unidade didática para verificação das condições prévias dos alunos; e durante o processo de transmissão e assimilação do conhecimento como acompanhamento do progresso dos alunos, corrigindo falhas, esclarecendo dúvidas, etc.

## **8.2 - Análise e Interpretação dos Resultados da aprendizagem dos alunos e das ações desenvolvidas na escola**

No início do ano letivo, a Equipe Pedagógica se reúne com as professoras de cada ano com o objetivo de analisar os resultados finais de cada turma. A reunião é feita primeiramente no Conselho de ciclo do final do ano, com o intuito de planejar a Avaliação Diagnóstica Interna, que após sua aplicação e correção, será feito um levantamento de gráficos onde serão observados os resultados.

A próxima etapa é a realização do Plano de Intervenção Pedagógica sobre as dificuldades individuais dos alunos. No decorrer do ano letivo essas atividades serão aplicadas nas turmas e os resultados acompanhados sistematicamente pelas especialistas que farão todos os ajustes necessários.

Ao final de cada bimestre é feito o Conselho de Ciclo com os professores e os resultados serão repassados aos pais em reuniões de classe com especialista e professores.

A função de regular é a terceira e se refere aos meios e à frequência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas. No final de uma unidade didática, do bimestre ou do ano letivo como avaliação global para realimentação do processo de ensino.

A avaliação global refere-se às considerações feitas sobre o real desempenho do aluno considerando as influências internas (gosto, motivação, esforço pelos estudos) e influências externas (acesso aos bens culturais necessários).

Destaca-se que essas funções atuam de forma interdependente, não podendo ser consideradas isoladamente. Os objetivos traçados pela escola não são alcançados espontaneamente, supõe as perspectivas traçadas pela sociedade e um controle por parte do professor e, neste contexto, é preciso considerar a relação mútua entre os aspectos qualitativos e quantitativos ao se avaliar a produção do aluno. Cuidando-se para evitar posturas tais como considerar apenas aspectos qualitativos recusando quantificação dos resultados, pensar que as provas são prejudiciais, e que leva à ansiedade, inibição e ao cerceamento do crescimento pessoal.

Por outro lado, deve-se eliminar também a ideia de que apenas aspectos quantitativos são importantes. Deve-se considerar o grau de esforço para conseguir o resultado, observando as condições em que o aluno estava inserido no momento do desenvolvimento da unidade, etc.

### **8.3 - Instrumentos de Avaliação**

A partir das considerações conceituais acima, descreveremos os instrumentos que devem ser usados na prática avaliativa, que deve ser bem variada e adequada ao momento. Alguns instrumentos são sugeridos como a prova escrita dissertativa, prova escrita com questões objetivas, prova operatória, observação, portfólio e outros.

A prova escrita de questões objetivas compõe-se de um conjunto de questões onde se pede uma resposta entre alternativas de respostas já preparadas. Embora tenha algumas desvantagens, como favorecer ocasião onde o aluno escolhe a resposta por palpite (“chute”), apresenta vantagens:

exige atenção, interpretação das respostas, possibilita a elaboração de maior número de questões mais precisas, é possível controlar mais a interferência de fatores subjetivos tanto do aluno como do professor.

A prova operatória é um instrumento de avaliação que está sendo muito difundido por preocupar-se em oferecer condições para que o aluno possa mostrar o que sabe e, principalmente, como pensa. Rompe com a clássica forma de perguntas e respostas ou questões objetivas, na qual se escolhe a alternativa correta. Geralmente vem apresentada por um texto a ser cuidadosamente lido, as questões expressam a contextualização, via texto o aluno irá argumentar suas respostas a ponto de lembrar das aulas dadas, dos debates que participou independente de memorização.

A observação visa investigar, informalmente, as características individuais e grupais dos alunos, com vistas à identificação de fatores que influenciam a aprendizagem e o estudo das matérias e, na medida do possível, modificá-los. O autor Perrenoud (1999, p. 104) lembra que “observar é construir uma representação realista das aprendizagens, de suas condições, de suas modalidades, de seus resultados. A observação é formativa quando permite orientar e otimizar as aprendizagens em curso”.

A escola vem aperfeiçoando a prática da avaliação formativa e utilizando-se de vários instrumentos de avaliação, o que vem demonstrando bom rendimento, como por exemplo, o uso do portfólio que possibilita aos pais e alunos avaliarem o desenvolvimento. Pode-se verificar o apontamento de Hernandez (2000) quanto às vantagens do portfólio:

O portfólio oferece aos alunos e aos professores uma oportunidade para refletir sobre o progresso dos estudantes em sua compreensão da realidade, ao mesmo tempo em que possibilita introduzir mudanças durante o desenvolvimento do programa de ensino. Além disso, permite aos professores considerarem os trabalhos dos alunos não de uma forma pontual e isolada. (HERNANDEZ, 2000, p. 165).

No entanto, as estratégias de utilização do portfólio necessitam de implementação como a criação de momentos de registro das reflexões sobre a aprendizagem pelo próprio aluno.

A dificuldade apontada pelos pais reside em não existir calendário marcando as datas das provas e os conteúdos que serão avaliados. A escola

deve, então, comunicar e orientar os pais sobre as atividades avaliativas que serão realizadas nas salas de aula e conteúdos a serem avaliados.

A E. E. Bias Fortes planeja algumas estratégias de Recuperação da Aprendizagem e entende que essa é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo, desenvolvido pela escola como nova oportunidade que permite aos alunos alcançar o desempenho esperado. Devem ocorrer concomitantemente ao processo educativo para garantir ao aluno a superação de dificuldades no seu percurso escolar.

Assim, a equipe pedagógica irá detectar as dificuldades dos alunos para recuperá-los através de revisões de introdução do conteúdo, utilizando novos procedimentos em sua metodologia, solicitando a família assistência nas tarefas diárias e encaminhando para professores de recuperação quando a escola oferecer esse recurso. As estratégias são a monitoria, a intervenção pedagógica e estudos orientados.

Adotar-se-á o sistema de monitoria no qual os próprios alunos e pessoas da comunidade escolar serão convidados para esse trabalho voluntário de auxiliar os professores no enfrentamento do desafio de desenvolver atividades diferenciadas em uma mesma turma, para atender os alunos com necessidades educativas especiais, com dificuldade de aprendizagem, em ritmo diferenciado.

Serão desenvolvidos Projetos de Intervenção Pedagógica baseados no agrupamento temporário de alunos em outra turma diferente da que foram matriculados, respeitando a idade aproximada e nível de desempenho. O professor irá trabalhar com o aluno agrupado (introduzir, trabalhar sistematicamente e consolidar) atividades que eles precisam para vencer as dificuldades e retornar à fase em que estão matriculados.

Com referência aos Estudos Orientados serão realizados a partir de atividades especificamente programadas também para o atendimento de alunos e grupos de alunos que demonstrarem dificuldade ao longo do processo de aprendizagem, diferenciando-se estas estratégias das demais pelo fato de ser assumido preferencialmente pelo professor da turma. Mas, não exclui a possibilidade de se recorrer ao apoio de monitores e parcerias mobilizadas pela própria escola.

#### 8.4 - Verificação do Desempenho Escolar e Atribuição de Conceitos

A verificação do desempenho Escolar na E. E. Bias Fortes observará os termos do art. 24, da Lei 9394/96 que estabelece os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa de desempenho do aluno, comprovância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais;
  - b) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
  - c) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Estudos de recuperação contínua. (LDB, 1996, art. 24)

O repasse do resultado das avaliações para a caderneta do professor quanto ao processo de formação, será por descrição e conceitos. Quanto ao desenvolvimento nas áreas de conhecimento, serão usados os conceitos: **A**, quando o aluno alcançar suficientemente os objetivos de estudo ou, quando na maioria das avaliações, o aluno recebeu Excelente, Ótimo ou Muito Bom. O conceito **B** será atribuído ao aluno que alcançar parcialmente os objetivos de estudo ou, quando na maioria das avaliações, o aluno recebeu o conceito Bom. Será utilizado o conceito **C**, quando com um pouco mais de esforço o aluno conseguirá alcançar os objetivos de estudo ou, quando na maioria das avaliações, o aluno recebeu o conceito regular.

O aluno e a família devem ter consciência de todo o processo de avaliação (o que é e qual o objetivo a ser alcançado, quando é realizado, o que significam os conceitos, em quais documentos são registrados os resultados). Para isso são montados fichas, boletins e portfólios.

#### 8.5 - Classificação e Reclassificação

Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, etapas, períodos semestrais ou ciclos, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou conhecimento.

Reclassificar significa posicionar o aluno na série, período, etapa ou ciclo, diferente daquela que seu histórico escolar registre ou, na ausência deste, que o seu desenvolvimento, avaliado pela escola indique.

A escola poderá reclassificar o aluno em três situações. A primeira, quando ocorrer avanço escolar. A segunda situação, quando ocorrer aceleração de estudos. A terceira, quando o aluno possuir frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas. O aluno submetido ao processo de reclassificação por frequência inferior será avaliado em todos os componentes curriculares, através de avaliação, trabalhos, atividades de pesquisa.

A classificação e a reclassificação serão efetivadas após a deliberação de comissão escolar. Os documentos que fundamentam a classificação e a reclassificação de cada aluno serão arquivados na escola e os atos lavrados em ata e constarão no histórico escolar, informações sobre o processo de classificação e reclassificação dos alunos.

### **8.6 - Aceleração e Avanço de Aprendizagem**

Avanço escolar é a forma de propiciar ao aluno que apresente nível de desempenho acima de sua idade a oportunidade de concluir em menor tempo, série, períodos, ciclos ou etapas.

Deve-se esclarecer que aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, como altas habilidades e comprovada competência. Faz-se necessário realizar uma avaliação especial empreendida por comissão especificamente constituída para diagnosticar a aplicabilidade excepcional do dispositivo legal do educando avaliado como portador de altas habilidades.

A aceleração de estudos é entendida como a forma de propiciar aos alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente a sua idade. O aluno com atraso escolar é aquele que se encontra com idade superior à que corresponde à série, período, etapa ou ciclo que esteja cursando.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse educandário, esse documento é concebido pela comunidade escolar como instrumento teórico-metodológico, elaborado de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função educativa. Logo, o Projeto Pedagógico retrata a identidade da escola, oferecendo diretrizes gerais quanto ao que a escola precisa desenvolver, visando tornar o seu trabalho mais agradável, produtivo e voltado para a construção de cidadania dos sujeitos que dela participam.

O trabalho coletivamente construído, apesar de ser muito mais vantajoso para a escola como um todo, não é uma tarefa sempre fácil. Mas é pela ação coletiva que a escola se reestrutura e encontra base para a organização e produção de um ambiente alfabetizador pedagogicamente estruturado.

Ao procurar retratar a realidade desse educandário como um todo, esse Projeto Pedagógico nunca está pronto e acabado, assumindo um caráter contínuo e inclusivo. É suscetível às mudanças e reformulações, em qualquer momento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%208.069-1990?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.069-1990?OpenDocument)>. Acesso em: 12/09/2014.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 01/09/2014.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO (CONSED) **Como promover a construção do projeto pedagógico da escola?** Progestão – módulo III. Brasília: CONSED, 2001.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação. Perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas-SP, Papirus, 2004.

DELORS, Jacques (organizador). **Educação um tesouro a descobrir**. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., 1975.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão política do projeto político-pedagógico**. In: MINAS GERAIS – Secretaria de Estado de Educação. Projeto de Capacitação de Dirigentes de Escolas Públicas de Minas Gerais PROCAD -Guia de estudo 3. Belo Horizonte: SEE-MG, 2001.

GIUSTA, Agnela da S. **Construção de uma nova concepção de currículo**. In.: Diretrizes Curriculares da Escola Sagarana. Belo Horizonte: PROCAD/SEE/MG, 2001.

HERNÁNDEZ, F. **Mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

JANUÁRIA. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Bias Fortes. Januária/MG, 2002.

JANUÁRIA. **Regimento Escolar**. Escola Estadual Bias Fortes. Januária/MG, 2004.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MACHADO, Maria Auxiliadora Campos Araújo. **Projeto político-pedagógico e a gestão escolar democrática (uma construção coletiva)**. In: MINAS GERAIS – SEE. Caderno do professor. n. 9. Belo Horizonte: SEE-MG, abril/2002, pág. 30-39.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. **Orientação SEEnº 01 de 05 de fevereiro de 2004. Operacionalização da Resolução SEEn. 469/2003**. Disponível em: [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br). Acesso em 11/09/2014

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SEE nº 2.197 de 26 de outubro de 2012**. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7BD79D0911-31B54F608F77FEFE621%7D\\_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B54F608F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf). Acesso em 01/09/2014.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 1.086 de 16 de abril de 2008**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino fundamental nas Escolas estaduais de Minas Gerais. Brasília-DF, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes médicas, 1999.

SEE/MG . **Instrumentos da Alfabetização. Organização da alfabetização no Ensino Fundamental de 9 anos**. Belo Horizonte: UFMG, vol. 1 à 4, 2004 (Coleção CEALE).

SEE/MG. **Instrumentos da Alfabetização. Organização da alfabetização no Ensino Fundamental de 9 anos**. Belo Horizonte: UFMG, vol. 5 e 6, 2005 (Coleção CEALE).

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola.**  
Campinas: Papyrus, 1995.